

# Sumário

Número de notícias: 40 | Número de veículos: 26

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Audidores fazem paralisação por reajustes ..... 4

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Câmara deve votar projeto que regula comitê gestor do IBS ..... 5

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

BC estuda exigir licença de câmbio e IOF para empresas de criptomoedas ..... 7

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Orientação para quem tem dívida no Simples ..... 9

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lei da conformidade: possibilidades no Direito Tributário (Artigo) ..... 10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

A hora e a vez do verdadeiro ajuste previdenciário - RAUL VELLOSO ..... 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

INSS alerta sobre novo golpe na praça ..... 12

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
SEGURIDADE SOCIAL

Plano de uso de fundos de pensão em obras gera manifesto de servidores ..... 13

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Ações no STF que questionam reforma da Previdência podem ter impacto de R\$ 389 bi  
..... 15

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Mais de 800 mil podem perder o BPC por falta de atualização do cadastro ..... 17

FOLHA ONLINE - SP  
SEGURIDADE SOCIAL

Erro em folha de pagamento pode gerar custo de R\$ 5.000 por funcionário, diz consultoria  
(inss) ..... 18

G1 - NACIONAL - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

13º salário: quanto vale, quando cai na conta e quem tem direito à primeira parcela de 2024  
..... 19

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS  
SEGURIDADE SOCIAL

É uma boa opção antecipar o 13º salário? Planejadoras financeiras explicam ..... 21

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

A hora e vez do verdadeiro ajuste previdenciário - RAUL VELLOSO .....	23
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma tributária na pauta do plenário .....	24
CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES REFORMA TRIBUTÁRIA	
CAE defende 80 alterações na regulamentação da Reforma Tributária - CAPITAL S/A .....	25
VERO NOTÍCIAS ANFIP	
Unafisco propõe compensação para isenção de IR sobre lucros e dividendos (Notícias) .....	27
O ESTADO DE S. PAULO - SAÚDE E BEM ESTAR REFORMA TRIBUTÁRIA	
"A cultura alimentar ainda é forte no Brasil, mas a tendência é ruim" .....	28
A GAZETA - MT - ECONOMIA-MT REFORMA TRIBUTÁRIA	
Evento discute reforma tributária .....	31
ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Padilha projeta mudanças na reforma tributária .....	32
FOLHA ONLINE - SP - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Pacheco diz querer relatar novo Código Penal após deixar presidência do Senado .....	33
FOLHA ONLINE - SP - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Congresso volta no pós-eleição com pressão por anistia a 8/1, emendas e reforma tributária .....	34
O GLOBO ONLINE - RJ - POLITICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Ficha Limpa, 8 de janeiro, emendas, sucessão: os desafios da reta final de Lira e Pacheco à frente da Câmara e do Senado .....	36
PORTAL TERRA - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Câmara debate impactos da reforma tributária nos direitos da população com deficiência .....	38
PORTAL TERRA - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma tributária: Senado discute regulamentação com desafio de evitar novo aumento na alíquota .....	40
CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Emendas orçamentárias são recurso público (Artigo) .....	41
FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Pesquisa mostra que renúncia fiscal beneficiou mais o Sudeste - MOVIMENTO ECONÔMICO .....	43

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

Mercado passa a prever inflação acima do teto ..... 45

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

Mercado financeiro prevê estouro da meta inflacionária - MERCADO S/A ..... 47

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE  
ECONOMIA

Quase metade dos alunos de mais de 15 anos não entende o que é inflação ..... 49

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Mercado já vê IPCA fora da meta, mostra Focus ..... 52

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

Revisão de despesas ..... 53

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

Projeções apontam estouro da meta de inflação ..... 55

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Despesas livres vão cair pela metade até 2027, aponta estudo ..... 56

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Ibovespa sobe com Vale e corte de gastos no radar ..... 58

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Campos Neto defende sinalização de choque fiscal positivo no país ..... 60

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Trump pode não ser "tão positivo" para mercados, avalia WHG ..... 61

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA  
ECONOMIA

Mercado prevê que inflação vai superar meta ..... 64

GAZETA DE ALAGOAS - AL - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

Paulo e JHC destacam medidas que valorizam o funcionalismo público ..... 66

GAZETA DE ALAGOAS - AL - ECONOMIA  
ECONOMIA

Mercado eleva projeção da inflação para 4,55% ..... 67

# Audidores fazem paralisação por reajustes

Audidores fiscais da **Receita Federal** anunciam que farão paralisação de 48 horas entre hoje e amanhã para pressionar o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) a abrir uma mesa de negociação específica para conceder reajustes à categoria.

Apenas as operações-padrão nas aduanas, que incluem a inspeção e controle de mercadorias, devem seguir normalmente no período. A prioridade será para cargas de alimentos, remédios e animais vivos.

A paralisação pode afetar atividades que vão desde o controle do comércio internacional até projetos relacionados à **reforma tributária**, de acordo com Dão Real, diretor de assuntos internacionais e intersindicais do Sindifisco Nacional, que representa a categoria.

"Essa paralisação se dá porque o governo, desde 31 de julho, está inadimplente em relação a um acordo firmado com os auditores. Está na mão do governo a solução para esses problemas", afirma.

"Quanto mais tempo leva até atenderem esse compromisso, mais essa mobilização vai escalando e os efeitos vão se multiplicando." Procurado para comentar as reivindicações dos servidores da Receita, o MGI não respondeu até a publicação desta reportagem.

Neste ano, foi assinado acordo com os auditores para conceder um bônus que havia sido determinado em 2016. A regulamentação ocorreu no ano passado e, em fevereiro deste ano, o governo e os sindicatos entraram em consenso sobre a implementação do adicional.

Com o acordo, os servidores recebem acréscimo de 11,33%, com limite mensal de R\$ 5.000, caso atinjam 100% de produtividade, quando o funcionário cumpre todas as metas estabelecidas pelo órgão.

Esse percentual valerá até janeiro do ano que vem. A partir de fevereiro e até janeiro de 2026, o acréscimo vai para 15,52%, com limite de R\$ 7.000. Entre 2026 e fevereiro de 2027, o bônus será de 25% com limite de R\$ 11.500.

Agora, o Sindifisco pede reajuste do vencimento básico depois de perdas inflacionárias. Segundo a entidade, o acordo deste ano previa uma abertura de mesa específica para negociar salários de auditores até julho, o que ainda não ocorreu.

Audidores fiscais da Receita estão entre as carreiras com maiores salários no Executivo. A última tabela de remuneração do MGI, de maio de 2023, mostra que o vencimento básico inicial para esses servidores é de R\$ 22.921,71.

Os que estão no fim da carreira, o valor é de R\$ 29.760,95. Com o bônus de produtividade, o salário pode chegar a R\$ 34.760,95.

Neste ano, o MGI fechou 45 acordos de reajustes com 98,2% da força de trabalho do governo federal. Para 2026, o impacto orçamentário será de R\$ 16 bilhões.

Parte dos acordos engloba mais de uma categoria, como é o caso do assinado entre carreiras de Previdência, Saúde e Trabalho, do Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus) e de agentes de combate às endemias. Os reajustes chegaram a 10,9% para algumas categorias, como diplomatas e analistas do Banco Central, que ganham salários de até R\$ 33.086,10 em fim de carreira ( Da Folhapress).

**30 MIL REAIS É O SALÁRIO APROXIMADO DE UM AUDITOR EXPERIENTE**

**Site:**

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=17745>

# Câmara deve votar projeto que regula comitê gestor do IBS

**Lu Aiko Otta, Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro De Brasília**

Para marcar uma volta ao trabalho em ritmo intenso após as eleições municipais, a Câmara dos Deputados deve votar nesta terça-feira o Projeto de Lei Complementar (PLP) 108, que regula o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

É um dos dois projetos que detalham a **reforma tributária** aprovada no ano passado. O outro, que trata do funcionamento dos novos **tributos**, está em análise no Senado Federal.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), tinha indicado que só votaria o projeto do Comitê Gestor após o Senado concluir a primeira etapa da reforma, mas mudou de ideia para dar um "reinício mais forte" para os trabalhos após o segundo turno das eleições municipais.

O texto principal do projeto já foi aprovado em agosto, por 303 votos a 142, mas falta a análise de 7 emendas propostas pelos partidos para serem decididas no voto, como a criação do Imposto sobre Grandes Fortunas e uma nova taxa sobre distribuição desproporcional de patrimônio.

Outro ponto que vem causando discussão nos foros especializados é o duplo tratamento dos contenciosos envolvendo os novos **tributos** criados na reforma.

O IBS, que pertence a Estados e municípios, terá as disputas administrativas tratadas no Comitê Gestor. Questionamentos envolvendo a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de responsabilidade federal, serão tratadas no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**.

"Criamos um comitê de harmonização", disse o relator da matéria, deputado Mauro Benevides (PDT-CE). "Havendo divergência, será buscado um entendimento único que funcionará como uma súmula vinculante." Para alguns especialistas, o ideal seria tratar todos os contenciosos em um único colegiado.

Num momento em que o Ministério da Fazenda estuda a tributação dos super-ricos com o Imposto de Renda, um dos destaques apresentados ao PLP 108 tenta criar o Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF). Esse

tributo está previsto na Constituição e sua regulamentação, até hoje não concretizada, é antiga bandeira da esquerda brasileira. Desta vez, a proposta foi apresentada pelos deputados Ivan Valente e Erika Hilton, ambos do Psol paulista.

A proposta causou alguma agitação nos grupos de debate de tributaristas.

Pretende taxar em 0,5% ao ano os patrimônios de R\$ 10 milhões a R\$ 40 milhões, em 1% aqueles entre R\$ 40 milhões e R\$ 80 milhões e em 1,5% as riquezas maiores do que R\$ 80 milhões.

"Chamar de grande fortuna um patrimônio acima de R\$ 10 milhões é um exagero", comentou Rubens Lopes, sócio de Tributação sobre o Consumo da WFaria Advogados e fundador do Grupo de Estudos da **Reforma Tributária** (Gert).

As chances de o Imposto sobre Grandes Fortunas ser aprovado são pequenas, pois a proposta já foi rejeitada no grupo de trabalho que discutiu o PLP 108 e pelo relator da proposta. Assim, o Psol apresentou um destaque para que a proposta seja analisada pelo plenário da Câmara.

Além disso, Lira tem se posicionado contrariamente a iniciativas que tragam aumento de carga tributária.

Há polêmica também em torno das alterações promovidas pelo PLP no Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e o Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD).

A proposta tira a liberdade dos Estados em decidir sobre o ITBI, comentou Lopes. Em contrapartida, foi permitido que avançassem em outras bases tributárias.

Por exemplo, a distribuição desproporcional de patrimônio.

"É uma questão controversa, porque é praticamente um tributo novo", disse o advogado.

Benevides disse que a alíquota será a menor, de aproximadamente 2,4%.

"As polêmicas mudanças no ITCMD, por influírem nos

interesses das pessoas físicas, especialmente aquelas com maior patrimônio, devem fazer com que as discussões não se encerrem a toque de caixa", opinou Thiago Seixas Salgado, advogado da área de planejamento patrimonial e sucessório do VBD Advogados.

Outro ponto polêmico é a taxaço dos fundos de previdência privada VGBL. O relator explicou que os fundos de caráter securitário estão isentos. Já os previdenciários ficarão isentos após cinco anos. Esses pontos foram acordados com o mercado, informou.

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188025?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188025?page=1&section=1)**

# BC estuda exigir licença de câmbio e IOF para empresas de criptomoedas

**Ricardo Bomfim De São Paulo**

Membros do Banco Central (BC) conversaram com representantes do setor de criptoativos nas últimas semanas para sondar a viabilidade de exigir uma licença de câmbio para algumas empresas do setor.

Assim, quando for divulgada a versão final da regulamentação do segmento (prevista para 2025), parte das companhias aplicarão para uma licença de funcionamento de prestadora de serviços de ativos virtuais (Vasp, na sigla em inglês) comum e outra parte teria que fazer um registro para atuar com operações cambiais.

O alvo do BC com a medida seriam as operações com "stablecoins", as moedas digitais de valor atrelado ao de alguma divisa tradicional como o dólar, que não são usadas apenas como reserva de valor, especulação ou proteção contra inflação, mas também como veículos para fazer remessas e pagamentos no exterior. A distinção de licenças se daria porque algumas empresas do setor, como as "tokenizadoras", não fazem esse tipo de transferência internacional, operando apenas com o registro em blockchain de ativos nacionais que já existem no sistema financeiro. A licença de câmbio só seria necessária para quem, de alguma forma, facilita o envio de dinheiro para o exterior.

Uma preocupação das autoridades é a possibilidade de arbitragem regulatória e tributária que as stablecoins proporcionam, pois a compra de dólares ou outra moeda no mercado tradicional enseja o pagamento de taxas como o IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) com alíquota de 1,1%. Como as stablecoins ainda são vistas como ativos financeiros da mesma natureza que o bitcoin, elas não são tratadas tributariamente como moedas. Então, não incide IOF para comprar as stablecoins, como USDT e USDC, embora as duas sejam representações digitais do dólar americano e tenham valor constante de US\$ 1 por unidade. Segundo a **Receita Federal**, as negociações com essas duas stablecoins somaram R\$ 17,5 bilhões em agosto, três vezes o volume do bitcoin.

Outro problema acompanhado de perto pelo BC é o impacto das stablecoins, e das criptomoedas em geral, na conta de capital do país, com um fluxo expressivo

de dólares para fora. "A agenda principal é não perder a visibilidade do controle da moeda que sai do Brasil e vai para o exterior.

Isso é central para o BC, além de controles correlatos como prevenção à lavagem de dinheiro e evasão de divisas", disse a advogada Nicole Dyskant, conselheira da provedora de infraestrutura blockchain Fireblocks.

Em uma reunião particular ocorrida em um hotel em São Paulo no dia 26 de setembro, empresários do setor manifestaram receios a respeito do custo de se obter uma licença específica para operar câmbio e da dificuldade em rastrear aquilo que os clientes fazem com as moedas digitais que compram.

Algumas dúvidas são: toda compra de stablecoin precisaria ser feita por uma exchange com licença de câmbio e incidiria IOF? Se forem só aquelas que implicam em envio de dinheiro para fora, como saber que o cliente fará a remessa se ele não usar a corretora para isso? Qual o grau de monitoramento que a exchange precisa ter do que seu usuário faz com as criptomoedas que comprou?

Um executivo que estava presente no evento e não quis se identificar disse que sua companhia consegue enxergar quando um cliente saca criptoativos para uma carteira digital - as "wallets" - e os envia para fora do país, mas muitas corretoras menores não têm essa capacidade.

Além disso, ele diz que a capacidade de rastreio se perde caso esse usuário utilize uma das chamadas "cold wallets" - carteiras frias, consideradas mais seguras por não terem acesso à internet, usadas para fazer autostocagem de criptoativos e que lembram "pendrives".

"Em vez de pagar IOF ou qualquer outra taxa, pode transferir para a "cold wallet" e depois para uma corretora fora do país.

O mercado vai achar alternativas.

Não vão querer pagar um spread imposto pelo BC", afirmou.

Marcel Mascarenhas, ex-procurador-geral adjunto do BC e sócio do Warde Advogados, diz que o BC

recebeu amplas competências para regular o mercado de criptomoedas graças ao Marco Legal dos Criptoativos, lei sancionada em 2022 e que por decreto de 2023 colocou a autoridade monetária como órgão regulador infralegal do segmento. "Cabe ao BC disciplinar os requisitos para que a instituição atue. O BC já separa quem tem licença comercial ou de banco múltiplo daqueles que têm licença de câmbio. Ele pode fazer essa diferenciação através de camadas de licenças com requisitos específicos." Nathaly Diniz, chefe de tokens e vendas institucionais da startup de infraestrutura blockchain Lumx, lembra que um **comunicado** do BC de 2017 já dispunha que "operações com moedas virtuais" que impliquem "transferências internacionais referenciadas em moedas estrangeiras" não são desobrigadas de observarem as normas cambiais do país. O Marco Legal Cripto reforçou isso em seu artigo 7o, que fala da competência do regulador para dispor sobre as hipóteses em que as atividades serão incluídas no mercado de câmbio. A questão, segundo ela, é analisar caso a caso, quando as criptomoedas estão sendo usadas para transações cambiais. "Se estou comprando stablecoin para fazer remessa, então se aplicam as normas cambiais, mas se estou pagando o salário de um desenvolvedor, é outro tratamento." O problema, diz Diniz, é que a corretora dificilmente conseguiria fazer o controle da intencionalidade do cliente, de modo que a **Receita Federal** teria que ajudar na aplicação da norma.

De acordo com Dyskant, a Receita quer ter mais visibilidade até mesmo no âmbito de uma provável reforma da instrução normativa 1.888, que instituiu a declaração de criptomoedas no país.

Uma ideia, conta ela, era atribuir às instituições que atuam localmente em parceria com as exchanges internacionais para receber moeda fiduciária dos clientes no Brasil (depois convertida em cripto pela empresa estrangeira, que não faz a custódia do saldo em reais) a responsabilidade de aferir quando são feitas transferências internacionais. Todavia, a advogada destaca que muitas dessas empresas de pagamento dizem não possuir essa visibilidade.

Ainda segundo Dyskant, o BC deve criar uma licença de câmbio para as empresas de stablecoins, como é o caso da Tether, que emite os USDT, e a Circle, responsável pelos USDC. Contudo, as corretoras de criptomoedas que distribuem esses tokens para os clientes finais não teriam que obter uma licença específica para operar com câmbio desde que tenham parcerias com instituições financeiras e de pagamento que possuam essa licença.

Um empresário que não quis ser identificado disse que o regulador poderia trabalhar com uma licença única

para as corretoras que já incluísse os requisitos cambiais, porém Dyskant não considera que esta seja uma linha de ação provável. "Acho que o BC não vai criar uma licença unificada. Só vejo possibilidade de uma licença conjunta simplificada no caso da instituição financeira que já é regulada", argumenta. "O caminho da regulamentação é a instituição ter que aplicar para os diferentes serviços que ela quer ofertar." Por enquanto, o BC estaria apenas estudando as hipóteses de licença de câmbio para emissoras de stablecoins e corretoras que fazem transações transfronteiriças.

A primeira parte da regulação dos criptoativos, prevista para sair ainda este ano junto com uma segunda consulta pública ao setor, não envolveria ainda as questões relacionadas a stablecoins.

Procurado, o BC não respondeu a pedido de comentário até o fechamento desta edição.

"Se estou comprando stablecoin para fazer remessa, então se aplicam as normas cambiais" Nathaly Diniz

R\$ 17,5 bi foi o volume mensal de negócios com stablecoins em agosto

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188025>



# Orientação para quem tem dívida no Simples

**Thatiany Lucena**

As micro e pequenas empresas e os microempreendedores individuais (MEI) que não regularizaram as dívidas com o Simples Nacional até esta quinta (31), serão excluídas do regime a partir de janeiro de 2025. Diante disso, o Conselho Regional de Contabilidade de Pernambuco (CRCPE) está oferecendo um serviço gratuito para orientar os contribuintes que precisam regularizar a situação.

O Conselho, em parceria com o Sebrae-PE, pode elaborar um plano de recuperação dos negócios. O serviço de orientação ocorre gratuitamente no Recife, Olinda e Caruaru. Para obter o atendimento, o interessado pode agendar por meio do telefone 0800-570-0800 ou por ordem de chegada no local.

"Para atendimento é imprescindível que o empresário compareça munido com RG e número do CNPJ da empresa, além dos dados para acesso ao e-cac, seja certificado digital ou senha de acesso ao gov.br, selo ouro ou prata. Isso é muito importante, pois muitas vezes comparecem sem o número do CNPJ, sem a senha do gov.br, como também algumas vezes o selo é prata, esses fatores impedem o acesso às informações pelo e-cac", alerta a coordenadora do Programa CRCPE Voluntário, do Conselho Regional de Contabilidade de PE, Irani Oliveira.

Ela explica ainda o que acontece após o prazo limite da **Receita Federal**. "Quando o contribuinte é excluído do Simples, ele automaticamente vai entrar no regime de Lucro Presumido e isso vai trazer muitos encargos para a empresa ao longo de 2025. No caso do MEI, que a priori não precisa de contador, quando ele é excluído do Simples, ele precisará ter contador."

**Site:**

**<https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/economia/2024/10/orientacao-para-quem-tem-divida-no-simples.html>**

# Lei da conformidade: possibilidades no Direito Tributário (Artigo)

**Othon de Azevedo Lopes**

Othon de Azevedo Lopes Advogado, é doutor em Direito e Filosofia do Estado pela PUC-SP e professor associado da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB)

O Executivo enviou ao Congresso o Projeto de Lei (PL) n.º 15/2024. A imprensa destacou o tratamento gravoso dado ao devedor contumaz.

É uma abordagem parcial do projeto, que insere a tributação numa abordagem responsiva do Direito, incentivadora da colaboração do contribuinte.

Há quatro programas no PL: 1) o de Conformidade Cooperativa Fiscal (Confia); 2) o de Estímulo à Conformidade Tributária; 3) o do Operador Econômico Autorizado (Programa OEA); e 4) o do devedor contumaz.

Os três primeiros, benéficos; o último, gravoso.

O Confia incentiva a transparência e o diálogo entre contribuinte e Fisco, privilegiando boa-fé e adequada governança.

Para isso, propicia solução colaborativa de dúvidas sobre planejamentos tributários, com exoneração ou redução de multas.

O Sintonia dá benefícios a contribuintes com regularidade cadastral, pagamento oportuno dos **tributos** e exatidão de informações. Há prioridade na restituição de tributos, precedência no atendimento e acesso facilitado a capacitações promovidas pela **Receita Federal**.

O Programa OEA facilita importação e exportação. Os que tiverem histórico de cumprimento da legislação, gestão fidedigna, inclusive de riscos, solvência e segurança na cadeia de suprimentos fruirão de benefícios: menor índice de verificação, liberação célere e pagamento diferido de **tributos**.

Os programas benéficos terão selos. Os integrantes do Confia e do Sintonia têm desconto na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), vedação de arrolamento de bens, desempate em licitações públicas, priorização no atendimento e informações

prévias sobre indícios de prática de infração à legislação e sobre renovação de certidões.

O devedor contumaz será o que tiver débitos acima de R\$ 15 milhões e que seja maior do que o seu patrimônio; que tiver débitos inscritos em dívida ativa da União superiores a R\$ 15 milhões irregulares há mais de um ano; que for parte de pessoa jurídica baixada ou inapta nos últimos cinco anos, com débitos superiores a R\$ 15 milhões. Ele terá seu CNPJ declarado inapto, rito com menos garantias no julgamento de seus recursos e impedimento de contratar com a administração.

O projeto acerta com programas benéficos que minoraram a situação adversarial com o Fisco. Embora o regime de devedor contumaz seja importante como arma simbólica para o Fisco, a gravosidade das restrições no projeto é excessiva.

Isso não retira os méritos do PL que poderão ser aproveitados; já os seus exageros poderão ser atenuados pelo Legislativo.

Embora o regime de devedor contumaz seja importante como arma simbólica, a gravosidade das restrições é excessiva

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# A hora e a vez do verdadeiro ajuste previdenciário - RAUL VELLOSO

## RAUL VELLOSO

Recentemente, o Senado aprovou, por unanimidade, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 66/2023, que equiparou as regras de aposentadorias e pensões dos Regimes Próprios de **Previdência Social** (RPPS) dos servidores estaduais e municipais às da União, além de criar um parcelamento especial das dívidas dos municípios para com o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), limitar o pagamento de precatórios a um percentual da receita corrente líquida e desvincular receitas municipais.

Na verdade, entre 1988, ano de promulgação da atual Constituição Federal, e 2019, as regras de aposentadorias e pensões dos **servidores públicos** tinham sido sempre iguais para os servidores de todos os entes, ou seja, da União, Estados e Municípios.

Foi apenas a partir de 2019, com a aprovação da Emenda Constitucional nº 103, que cada ente federativo passou a ter autonomia para definir suas próprias regras. Foi uma estratégia de deputados federais que visava a dividir o ônus político da aprovação dessa reforma com governadores, deputados estaduais, prefeitos e vereadores.

Só que, na prática, essa medida se mostrou, além de injusta, desastrosa do ponto de vista fiscal. Passados cinco anos daquela última reforma, até agora seis estados e o Distrito Federal ainda não aprovaram as suas reformas.

Mas o pior cenário está nos municípios, pois, de um total de 2092 municípios com regimes próprios, apenas 755 fizeram a reforma. Ou seja, 36% aprovaram as respectivas reformas. Uma consequência importante disso foi a geração de um déficit atuarial de R\$ 1,1 trilhão nos municípios e R\$ 3,1 trilhões dos estados. Para cobrir tais déficits, os estados e municípios retiraram uma parcela importante do dinheiro que deveria ser destinado às políticas públicas mais diretamente voltadas a atender à população.

A título de exemplo da injustiça previdenciária criada por essa medida, cabe citar o Distrito Federal e o Novo Gama, esta uma cidade do entorno de Brasília.

Como o Distrito Federal não fez reforma, o professor

do Ensino Fundamental do DF se aposenta cinco anos antes do professor do Novo Gama, que fez a sua. O mesmo ocorre com o professor de Ensino Médio do DF, em relação ao professor da rede estadual de Goiás que ensina a mesma disciplina em uma determinada escola do que em qualquer município do entorno de Brasília. Qual a justificativa dessa desigualdade, quando o servidor do DF provavelmente ganha mais e tem melhores condições de trabalho?

Pois bem, agora, a PEC 66 está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, para a análise de constitucionalidade.

Posteriormente, será criada uma Comissão Especial para discutir o mérito da PEC. Para a surpresa de muitos que acompanham o tema, o relator na CCJ, deputado Darci de Matos, do PSD-SC, apresentou parecer considerando inconstitucional as regras de aposentadoria voltarem a ser iguais para todos **servidores públicos**, como sempre tinham sido.

Já vimos muita criatividade indevida no Congresso Nacional, mas essa passa de qualquer limite aceitável, beirando algo provavelmente próximo do ridículo. Em outras palavras, o parecer seria pela inconstitucionalidade, pois o texto original não fazia qualquer distinção entre as regras de aposentadoria dos servidores federais, estaduais e municipais, e não dava nenhuma prerrogativa de os entes legislarem sobre esse assunto.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6579/29-10-2024.html?all=1>

# INSS alerta sobre novo golpe na praça

**ALINE GOUVEIA**

O Instituto Nacional do Seguro Nacional (**INSS**) fez um alerta aos aposentados e pensionistas sobre um novo tipo de golpe na praça: o da informação de terem sido incluídos em uma suposta lista de pedidos de concessão de benefícios negados pelo **INSS**.

A tentativa de fraude foi descoberta quando um segurado do Rio de Janeiro foi notificado por oficial de Justiça sobre uma ação judicial em seu nome. O processo visava reverter um suposto "indeferimento" do pedido de concessão de benefício. A alegação na ação era de que o pedido de benefício do segurado foi negado pelo **INSS** e de que haveria uma suposta lista que relacionava solicitações não liberadas pelo instituto.

O coordenador de Gestão de Benefícios da Superintendência Regional do **INSS** no Rio de Janeiro, Flávio Souza, explicou que o **INSS** recebeu uma notificação judicial para que houvesse manifestação do órgão no processo que corre na Justiça a respeito da suposta lista de indeferimentos de benefícios. Segundo Souza, o juiz queria saber oficialmente sobre a listagem informada no processo.

No entanto, o instituto respondeu que desconhece a existência de relação de benefícios indeferidos. "A situação chamou a atenção pelo fato de o cidadão tomar conhecimento do processo judicial por meio de um oficial de Justiça, e pelo fato de a abordagem ser feita com base na existência de uma suposta relação publicada pelo **INSS**", disse Flávio Souza.

O técnico do **INSS** destacou a importância de os segurados sempre terem o cuidado de proteger os dados para evitar cair em golpes. Ele ressaltou que o **INSS** não passa informações sigilosas para terceiros. "Somente os segurados ou os procuradores têm acesso aos dados. Por isso, é preciso desconfiar sempre se um desconhecido aparecer oferecendo algum serviço em nome do **INSS**", afirmou Souza. Segundo ele, o segurado pode fazer registro no canal Fala.Br ou pelo telefone 135. A polícia também pode ser acionada.

De acordo com Souza, os serviços oferecidos pelo **INSS** são gratuitos e o cidadão pode acessá-los diretamente no site do instituto ou pelo aplicativo Meu **INSS**, sem precisar de intermediários.

O leque de tentativas de golpe contra aposentados e

pensionistas é grande, de acordo com a instituição. Muitos mal-intencionados costumam se passar por servidores do **INSS** e chegam a visitar os beneficiários em casa. Outra fraude comum é o phishing, quando os golpistas enviam e-mails ou mensagens falsas aos beneficiários fingindo ser o **INSS**. A intenção é fazer com que os segurados, dependentes e beneficiários cliquem em links suspeitos para os bandidos capturarem informações pessoais e senhas de acesso aos dados do benefício.

**Site:**

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6579/29-10-2024.html?all=1>

# Plano de uso de fundos de pensão em obras gera manifesto de servidores

**JOSÉ FUCS**

A intenção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de voltar a usar os grandes fundos de pensão de empresas estatais para bancar investimentos em obras de infraestrutura, em especial nos projetos PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), como aconteceu em governos anteriores do PT, tem gerado reações de participantes das entidades.

Preocupados com uma nova onda de interferência política na gestão do patrimônio dos fundos, que tiveram prejuízos bilionários no passado recente e em alguns casos precisaram promover um aumento significativo nas contribuições para cobrir as perdas, os participantes lançaram um manifesto digital em que criticam a iniciativa do governo e defendem a realização de investimentos que não coloquem em risco o pagamento das aposentadorias.

Segundo números divulgados pelo grupo, o manifesto, lançado no fim de agosto, obteve quase 25 mil adesões de integrantes da ativa e aposentados dos fundos do Banco do Brasil (Previ), da Petrobras (Petros), da Caixa (Funcef) e dos Correios (Postalís), cujo patrimônio total alcançava cerca R\$ 510 bilhões no fim de 2023, de acordo com dados da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de **Previdência Complementar** (Abrapp).

Embora representem apenas 3,9% dos 630 mil participantes e assistidos das quatro instituições, as adesões ao manifesto, que circulou no grupo Fundos de Pensão Unidos do Telegram e do WhatsApp e foi compartilhado nas redes sociais de associações independentes de segurados, revelam uma resistência aos planos do governo de usar novamente o dinheiro dos trabalhadores para a realização de investimentos públicos de retorno incerto.

"Os recursos dos fundos de pensão são privados. Não são recursos públicos à disposição do Orçamento da União para aplicação em projetos de seu interesse. Destinam-se, unicamente, ao pagamento de benefícios de aposentadoria complementar concedidos e a conceder", diz o manifesto, organizado por integrantes dos quatro grandes fundos.

"Os participantes não podem admitir ingerências nos seus fundos de pensão, principalmente quando eles

são fomentados a praticar atos que já se revelaram danosos no passado", acrescenta o documento, dirigido a Lula, ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e aos presidentes do Conselho Nacional de **Previdência Complementar** (CNPC), da **Superintendência Nacional de Previdência Complementar** (Previc), do Tribunal de Contas da União (TCU), da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Conselho Monetário Nacional (CMN).

SERVIDORES. Diversas associações de integrantes dos quatro fundos apoiaram o manifesto e se colocaram publicamente contra a iniciativa do governo, como a Apaprevi, entidade que defende os interesses dos participantes e assistidos do Previ e da Cassi (administradora de planos de saúde fundada por funcionários do Banco do Brasil em 1944), a Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae) e a Associação Virtual dos participantes do Fundo de Pensão Petros (AVPP).

Numa outra frente, o movimento contra a iniciativa do governo envolve também, conforme reportagem publicada pelo Estadão, os participantes do fundo dos servidores federais do Executivo e do Legislativo (Funpresp-Exe), que lançaram seu próprio abaixo-assinado, no qual defendem a criação de uma modalidade de investimento mais conservadora, com aplicação exclusiva em títulos públicos, para "blindar" a gestão do patrimônio contra ingerências políticas e reduzir riscos de mercado.

Um vídeo sobre o manifesto, produzido por Edvaldo Souza, que se apresenta como participante da Previ e presidente da Apaprevi, divulgado quando o grupo havia conseguido cerca de seis mil adesões em apenas 24 horas, viralizou nas redes sociais e entre funcionários e aposentados da entidade e de outros fundos de pensão de estatais.

"Esse manifesto é para mostrar a nossa discordância e a indignação a respeito da ingerência externa que está ocorrendo em nossos fundos de pensão por parte do governo", afirma Souza, um dos que organizaram o documento, ao lado de participantes do Petros, Funcef e do Postalís.

FLEXIBILIZAÇÃO. Souza, que não retornou os contatos feitos pelo Estadão, cita como exemplo no

vídeo o caso da Sete Brasil (empresa que forneceria navios-sonda para exploração do pré-sal). A Sete entrou com pedido de falência na Justiça em março e estava envolvida no escândalo dos desvios da Petrobras investigados pela Lava Jato.

Segundo Souza, o Previ investiu R\$ 180 milhões na Sete e dez anos depois conseguiu receber de volta R\$ 190 milhões (retorno de 5,5% no período), graças a um acordo feito com a Petrobras. "Se esses recursos fossem aplicados em bons ativos, nós poderíamos ter mais do que o dobro do que isso em dez anos", diz.

"Pobres trabalhadores das estatais brasileiras que, mais uma vez, verão os recursos suados de suas aposentadorias serem drenados para obras sem fim, que frequentemente são embargadas e se tornam objeto de litígios na Justiça", afirma a economista Martha Seillier, ex-diretora do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e exsecretária especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do governo de Jair Bolsonaro, ao comentar os planos de Lula.

\*\*

"Os recursos dos fundos de pensão são privados.

Não são recursos públicos à disposição do Orçamento da União para aplicação em projetos de seu interesse"

Trecho do manifesto contra uso do dinheiro de fundos de pensão em obras do governo

\*\*

SAIBA MAIS

Fundos já acumularam perdas em operações

I Prejuízo

De 2011 a 2015, durante a administração da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), os maiores fundos de pensão das estatais acumularam perdas de R\$ 113,4 bilhões

I Investigação

O número consta do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou, à época, esquemas de corrupção nas instituições da Caixa Econômica Federal (Funcef), dos Correios (Postalis), da Petrobras (Petros) e do Banco do Brasil (Previ)

I Rentabilidade

Desse grupo, a Previ foi a única que não teve de onerar seus contribuintes com valores extras e nem os assistidos com cortes. O fundo alega, inclusive, que distribuiu benefícios extraordinários até 2013. Ainda assim, segundo relatório da CPI, a rentabilidade das aplicações da Previ, entre 2011 e 2015, ficou abaixo da meta mínima em R\$ 68,9 bilhões

I Buraco sem fim

No caso dos Correios, até hoje a empresa e seus participantes tentam equacionar o rombo. Como mostrou o "Estadão" em agosto, a estatal se comprometeu a transferir R\$ 7,6 bilhões ao Postalis para cobrir metade do déficit do plano. A outra metade será arcada por funcionários, aposentados e pensionistas do fundo. A empresa estatal tem desembolsado R\$ 33 milhões por mês, desde fevereiro, para socorrer o Postalis

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Ações no STF que questionam reforma da Previdência podem ter impacto de R\$ 389 bi

**Ana Pompeu**

As ações que questionam partes da reforma da Previdência no STF (Supremo Tribunal Federal) podem ter um impacto fiscal de R\$ 389 bilhões, segundo cálculos da AGU (Advocacia-Geral da União). Isso caso a corte revogue os trechos em discussão e determine a devolução dos valores arrecadados desde 2019, quando a mudança foi implementada.

Um pedido de vista feito em junho deste ano havia interrompido a análise da matéria. Na última quarta-feira (23), o ministro Gilmar Mendes liberou o caso para julgamento. Isso significa que agora cabe ao presidente da corte, Luís Roberto Barroso, definir a inclusão, na pauta da corte, dos questionamentos a regras incluídas pela Emenda Constitucional 103 de 2019 .

O STF julga as 13 ações contra trechos da reforma de forma conjunta. A corte já começou a análise dos temas, mas o julgamento foi interrompido em junho deste ano depois de pedido de vista de Mendes . Dez ministros votaram em diferentes pontos, sendo que houve divergências. Até a conclusão do julgamento, os ministros podem fazer ajustes nos votos, e mesmo alterar a direção deles.

Sozinho, um dos temas representa um risco de R\$ 300 bilhões. Trata-se do trecho sobre a adoção da progressividade, em função dos salários, de alíquotas de contribuição previdenciária para custeio dos RPPS (Regime Próprio de **Previdência Social** ), cobradas de servidores ativos, aposentados e pensionistas.

Antes, a alíquota de contribuição era de 11%. Depois da reforma, o índice passou a ser progressivo e incidir de acordo com a faixa salarial do servidor, variando entre 7,5% e 22%.

Caso esse trecho seja derrubado pelo STF, o governo federal perde arrecadação e é possível que volte a vigorar a alíquota anterior. Há, ainda, a preocupação de que a decisão acarrete na devolução dos valores pagos até aqui.

Esta mudança é considerada pelo diretor-presidente do IMDS (Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social), Paulo Tafner, como explosiva para a União. Na visão dele, o efeito é o de anular quase metade

das expectativas de ganhos com a reforma da Previdência. A reforma inteira tinha uma previsão de render R\$ 900 bilhões de economia em cerca de dez anos .

"É uma bomba se isso ocorrer dessa forma. Ao revogar esses itens da reforma, além do impacto fiscal há dois problemas graves. O primeiro é que ele reinstalou privilégios. O segundo aspecto é que passa por cima de uma decisão soberana do Congresso em matéria previdenciária que nada tem a ver com direitos fundamentais. No mundo inteiro, as questões previdenciárias não são matérias constitucionais", diz Tafner.

Além disso, para ele, as eventuais derrubadas feitas pelo Supremo não serviriam às camadas mais pobres. "O STF atenderia quem é privilegiado, ampliaria a desigualdade social e colocaria uma pressão fiscal sobre o país bastante considerável, em um momento que isso pode nos levar a um regime de dominância fiscal", afirma.

Na dominância fiscal, a política monetária depende do controle das contas públicas e da dívida para conter a **inflação**. Nesse cenário, quando o Banco Central eleva a taxa básica de juros, a dívida aumenta a ponto de gerar mais **inflação**.

Para Tafner, na prática há o risco é o de uma espiral inflacionária de difícil controle pela política monetária.

Outro tema sensível é a cobrança de aposentados e pensionistas acima de um salário mínimo. Antes, a cobrança se dava apenas na parte que excedesse o teto do **INSS** (Instituto Nacional de Seguro Social), hoje em R\$ 7.786,02. Com a reforma, só o salário mínimo fica isento. Nesse caso, o impacto se dá para todos os entes: União, estados e municípios.

De acordo com estimativas da União, essa modificação da base de cálculo de aposentados e pensionistas, mantidas as alíquotas progressivas de 2019, poderia aumentar o valor presente atuarial das contribuições em 16,41%, e, assim, significar redução do déficit atuarial em R\$ 55,1 bilhões.

Há ainda debate sobre regras de transição, redução do valor da pensão por morte e cálculo de tempo de contribuição para autônomos.

Em setembro, a AGU (Advocacia-Geral da União) enviou manifestação ao STF informando dos riscos fiscais sobre a revisão da reforma da Previdência. No total, são R\$ 497,9 bilhões em debate no tribunal, de acordo com levantamento de impacto estimado pela Secretaria de Regime Próprio e Complementar do Ministério da **Previdência Social**.

Antes, no fim de agosto, o presidente do Supremo recebeu o governador Ibaneis Rocha, do Distrito Federal, e o vice-governador do Rio Grande do Sul, Gabriel Souza. Durante o encontro, eles manifestaram preocupação com a preservação da base de cálculo da incidência da contribuição previdenciária.

Ao votar, Barroso, relator das ações, defendeu que as regras da reforma devem ser mantidas. Para ele, apenas um trecho deve ser revisto no sentido de que a base de cálculo da contribuição previdenciária de inativos e pensionistas somente pode ser aumentada se persistir, comprovadamente, déficit previdenciário mesmo após a adoção da progressividade de alíquotas.

Ainda em sessão virtual, Fachin divergiu sobre a progressividade das alíquotas dos **servidores públicos**, a ampliação da base de cálculo de inativos em caso de déficit atuarial, a contribuição extraordinária, a possibilidade de nulidade das aposentadorias de advogados que ingressaram na magistratura ou no Ministério Público sem contribuir para o sistema e a diferenciação entre as servidoras públicas e as mulheres submetidas ao regime geral.

Ele defendeu que esses dispositivos violam a segurança jurídica ao criar tratamento diferenciado para os **servidores públicos** vinculados ao regime próprio, em afronta à dignidade da pessoa humana.

O julgamento segue sem conclusão enquanto desafios previdenciários já suscitam, há alguns meses, debates sobre as mudanças nas regras de aposentadorias. Dentre as possibilidades apontadas por especialistas estão a desvinculação dos benefícios previdenciários ao salário mínimo, o que já foi descartado pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e nova elevação da idade mínima para pedir o benefício.

**Site:**

**<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/10/acoes-no-stf-que-questionam-reforma-da-previdencia-podem-ter-impacto-de-r-389-bi.shtml>**



# Mais de 800 mil podem perder o BPC por falta de atualização do cadastro

**Cristiane Gercina**

Mais de 800 mil beneficiários do BPC (Benefício de Prestação Continuada), pago pelo **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), podem perder a renda de até um salário mínimo caso não façam o cadastramento ou não atualizem seus dados no CadÚnico (Cadastro Único dos Benefícios Sociais).

Desde julho, o **INSS** deu início a um pente-fino, que vai atingir cerca de 1,2 milhão de segurados que recebem o benefício. Até agora, segundo dados da **Previdência Social**, das 505 mil pessoas que precisam fazer seu cadastro no Cras (Centro de Referência da Assistência Social), apenas 200 mil o fizeram. Faltam 305 mil.

E das 640,7 mil que estão com os dados desatualizados há mais de 48 meses e foram notificados por isso, só 71.237 tomaram ciência da notificação e outras 73.197 atualizaram as informações, ou seja, 517.571 não tomaram ciência da notificação e não compareceram ao Cras.

Todas podem ter o benefício bloqueado e perder a renda. O BPC é pago a idosos a partir de 65 anos e pessoas com deficiência que morem em famílias consideradas carentes. Para receber, a renda mensal por pessoa da família deve ser de até um quarto do salário mínimo.

"A lei determina que as atualizações cadastrais do BPC devem ocorrer de dois em dois anos. O que os ministérios do Desenvolvimento Social e da Previdência estão fazendo é seguir a regra legal", diz o presidente do **INSS**, Alessandro Stefanutto.

Segundo presidente do **INSS**, o pente-fino seguirá sendo feito para que quem precisa renda receba e quem já não precisa mais ou nunca precisou, seja retirada dos cadastros.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

As convocações para os cidadãos que estão com os cadastros desatualizados já estão sendo feitas há alguns meses. Quem está fora do CadÚnico há mais

de 48 meses receberá um aviso por meio do banco onde saca o benefício, pela Central 135 do **INSS**, pelo Meu **INSS** e por SMS.

O beneficiário deverá ir até uma unidade do Cras (Centro de Referência à Assistência Social) ou a um posto de atendimento do Cadastro Único do seu município.

O prazo para atualizar os dados é de até 45 dias após a convocação para quem mora em municípios com até 50 mil habitantes e de até 90 dias para as cidades maiores.

Inicialmente, não haverá corte de benefício, mas uma suspensão ou bloqueio. Quem não atualizar os dados em até 30 dias corre risco de perder a renda.

Caso faça atualização e siga atendendo às regras que dão direito ao benefício, o cidadão vai receber os valores que foram bloqueados e terá de volta o benefício mensal.

Os dados de quem recebe BPC serão cruzados por **INSS**, **Previdência Social** e Ministério do Desenvolvimento Social com o CadÚnico e outras bases para entender se o cidadão segue com direito. Se o segurado ou alguém da família conseguiu um emprego que ampliou a renda ou melhorou a condição de deficiência, pode perder o benefício.

Caso haja indícios de irregularidades, a convocação será feita por meio dos canais oficiais, como o Meu **INSS**, a Central 135 e a rede bancária. A revisão do **INSS**, que enviará dados ao MDS, deverá ser feita todo mês, de acordo com uma das portarias.

A legislação garante que haja bloqueio de pagamento caso o cadastro esteja desatualizado há mais de dois anos, por isso alerta a quem tem esse benefício para procurar um Cras e atualizar o CadÚnico.

**Site:**

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/10/mais-de-800-mil-podem-perder-o-bpc-por-falta-de-atualizacao-do-cadastro.shtml>

# Erro em folha de pagamento pode gerar custo de R\$ 5.000 por funcionário, diz consultoria (inss)

**Eduardo Cucolo**

A complexidade nas regras de recolhimento de **tributos** sobre a folha de pagamento pode gerar prejuízos da ordem de R\$ 2.000 a R\$ 5.000 por funcionário, considerando os valores pagos a mais em diversas contribuições, segundo levantamento da AG Capital.

Especializada na gestão de folha de pagamentos, a empresa diz que é comum encontrar problemas como base de cálculo incorreta, com a inclusão de alguns pagamentos que não têm caráter salarial, como salário maternidade.

Outros erros geralmente encontrados estão relacionados à falta de padrão para registro e cálculo dos **tributos** em ações trabalhistas, especialmente após a migração para o Esocial neste ano, o que pode gerar muitas autuações a partir de 2025.

"É comum encontrarmos entre R\$ 2.000 e R\$ 5.000 [de pagamentos a mais em **tributos**] para cada funcionário da empresa", afirma Douglas Farah, co-CEO e diretor de Operações do Grupo AG Capital.

O valor tem como base o trabalho da empresa junto a clientes. Em geral, são empresas do lucro presumido ou real com folha a partir de 50 funcionários com carteira assinada.

O trabalho de identificação de erros considera a aplicação das regras consolidadas na **legislação tributária**. Não se trata da exclusão de valores relacionados a teses ainda em discussão no Judiciário, segundo Farah.

Ele diz que é mais comum identificar pagamentos a maior do que a menor, pois desde a implantação do Esocial a **Receita Federal** consegue identificar rapidamente recolhimentos abaixo do devido e questionar os devedores.

"Por outro lado, se há um pagamento indevido a maior, você precisa tomar a iniciativa para regularizar e, antes de tudo, precisa entender que ele existe."

Uma vez identificado o pagamento em excesso, uma opção é fazer a compensação junto à Receita ou buscar a restituição.

A newsletter sobre o mundo jurídico exclusiva para assinantes da Folha

Carregando...

**Site:** <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-esse/2024/10/erro-em-folha-de-pagamento-pode-gerar-custo-de-r-5000-por-funcionario-diz-consultoria.shtml>

# 13º salário: quanto vale, quando cai na conta e quem tem direito à primeira parcela de 2024

## Por g1

Os trabalhadores têm até o dia 30 de novembro para receber a primeira parcela do 13º salário, conforme a lei criada em 1962. Em muitos casos, os empregadores já disponibilizaram o demonstrativo de pagamento para consulta desta parcela do benefício.

Também conhecido como gratificação natalina, o acréscimo anual pode ser pago em parcela única ou dividido em até duas prestações, sendo que a segunda deve cair na conta até o dia 20 de dezembro.

De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), cerca de 87,7 milhões de brasileiros foram beneficiados com rendimento adicional de, em média, de R\$ 3.057 em 2023.

O g1 ouviu especialistas para tirar dúvidas sobre o tema. Confira, abaixo, 5 perguntas e respostas sobre o 13º salário:

Quem tem direito ao benefício? Como podem ser feitos os pagamentos? Quando o dinheiro cai na conta? Como se calcula o valor a receber e quais são os descontos? E se a empresa não pagar?

### 1. Quem tem direito ao benefício?

Todo trabalhador em regime previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que atuou por 15 dias ou mais durante o ano e que não tenha sido demitido por justa causa tem direito à gratificação.

Veja a lista abaixo de quem tem direito:

Trabalhadores com carteira assinada e **servidores públicos**, conforme garante a Constituição Federal; Aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Neste ano, o governo federal antecipou o pagamento para maio e junho; Pensionistas; Trabalhadores rurais; Trabalhadores avulsos (que prestam serviços sem vínculo empregatício e com a intermediação de um sindicato); Trabalhadores domésticos.

Já no caso de estagiário, como não é regido pela CLT e nem é considerado empregado, a lei que regula esse tipo de trabalho não obriga o pagamento de 13º salário.

Volte ao início.

### 2. Como podem ser feitos os pagamentos?

Em parcela única até 30 de novembro; Junto com as férias, desde que solicitado previamente ao empregador; Parcelado em até duas vezes, sendo que a segunda deve ser paga até o dia 20 de dezembro.

Cabe ao empregador a decisão de pagar em uma ou duas parcelas. No caso de ser apenas em uma única vez, o pagamento deve ser feito obrigatoriamente até 30 de novembro. O pagamento feito em uma única parcela em dezembro é ilegal.

Volte ao início.

### 3. Quando o dinheiro cai na conta?

A primeira parcela deve ser paga entre 1º de fevereiro e 30 de novembro, de acordo com a lei.

Caso a empresa pague em parcela única, todos os descontos deverão ser feitos sobre salário bruto. Os descontos legais considerados incluem a contribuição do **INSS** e a alíquota do IRRF [Imposto de Renda Retido na Fonte], de acordo com tabelas informadas pelo **INSS** e pela **Receita Federal**, respectivamente, explica a advogada Bruna Soares de Figueiredo, do Viseu Advogados.

O valor pode ser antecipado para o mês em que o trabalhador tira férias remuneradas, caso ele tenha solicitado essa opção até janeiro. A opção pela antecipação também pode ser feita posteriormente, caso esteja prevista em acordo ou convenção coletiva, ou se houver negociação entre a empresa e o funcionário.

O pagamento da segunda parcela pode ser feito até 20 de dezembro. Caso o último dia do prazo caia no domingo ou em um feriado, o pagamento tem que ser

antecipado.

O empregador não precisa efetuar o pagamento no mesmo dia para todos os funcionários, mas tem que respeitar o prazo exigido para cada parcela.

Volte ao início.

#### LEIA MAIS

Como calcular o décimo terceiro salário? Pagamento do 13º salário anima comércio, que projeta melhora nas vendas de Natal. Recesso de fim de ano é férias ou folga? Entenda

4. Como se calcula o valor a receber e quais são os descontos?

O valor do 13º salário integral só é pago para quem trabalha há pelo menos um ano na mesma empresa. Senão, terá direito ao 13º proporcional aos meses trabalhados.

O cálculo é feito da seguinte forma:

A cada mês em que trabalha pelo menos 15 dias, o empregado tem direito a 1/12 (um doze avos) do salário total de dezembro. Dessa forma, o cálculo do 13º considera como um mês inteiro o prazo de 15 dias trabalhados.

No caso em que o colaborador tenha recebido um aumento salarial durante o ano, o valor do 13º salário será equivalente ao último salário recebido, ou seja, o valor com o aumento, afirma a advogada trabalhista Carolina Cabral, do escritório Ferraz dos Passos Advocacia.

Adicional noturno, horas extras, comissões e insalubridade também integram o 13º salário, bem como a quantidade de faltas não justificadas, explica o contador Cristiano Lobato, sócio da CEV Contadores.

?? DESCONTOS: As faltas injustificadas podem levar a desconto no 13º. Para o empregado ter direito a 1/12 do 13º, precisa ter trabalhado pelo menos 15 dias no mês. Se trabalhou menos que isso e não justificou as faltas, o referido mês não entrará na contagem para o benefício.

Além disso:

O Imposto de Renda e a contribuição ao **INSS** incidem sobre o 13º salário. Os descontos ocorrem na segunda parcela sobre o valor integral do benefício. Já o FGTS é pago tanto na primeira como na segunda parcela. A tributação do 13º é informada num campo especial na

declaração anual do Imposto de Renda Pessoa Física.

?? CÁLCULO EM CASOS ESPECIAIS: No caso dos contratos suspensos, o período em que o funcionário não trabalhou não será considerado para o cálculo do 13º, a não ser que ele tenha prestado serviço por mais de 15 dias no mês. Neste caso, o mês será considerado para o pagamento do benefício.

Além disso:

O empregado afastado por motivo de auxílio-doença recebe o 13º salário proporcional da empresa até os primeiros 15 dias de afastamento. Já a partir do 16º dia, a responsabilidade do pagamento fica a cargo do **INSS**. Funcionárias em licença-maternidade também recebem 13º salário. Dessa forma, o empregador efetuará o pagamento integral e/ou proporcional (quando admitidas no decorrer do ano) do 13º salário. O trabalhador temporário tem direito ao 13º salário proporcional aos meses trabalhados. Se a rescisão do contrato for sem justa causa, por pedido de dispensa ou fim de contrato por tempo determinado, o 13º deve ser pago de maneira proporcional. A conta do valor é feita dividindo o salário integral por 12, e multiplicando pelo número de meses efetivamente trabalhados (a partir de 15 dias de trabalho).

Volte ao início.

5. E se a empresa não pagar?

Quem não receber a primeira parcela até a data limite deve procurar o RH da empresa, as Superintendências do Trabalho ligadas do governo federal ou o Ministério Público do Trabalho (MPT) para fazer a reclamação. Outra opção é buscar orientação no sindicato de cada categoria.

Caso o empregador não respeite o prazo do pagamento ou não pague o valor devido, poderá ser autuado por um auditor-fiscal do Ministério do Trabalho no momento em que houver fiscalização, o que gerará uma multa.

Volte ao início.

#### SAIBA MAIS

Décimo terceiro, recesso, PLR e férias coletivas: entenda os direitos dos trabalhadores no final do ano

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/10/29/13o-salario-quando-cai-na-conta-e-quem-tem-direito.ghtml>

# É uma boa opção antecipar o 13º salário?

## Planejadoras financeiras explicam

Os meses de novembro e dezembro são muito esperados pelos brasileiros, devido à expectativa pelo 13º salário. O benefício é considerado um pagamento adicional, previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e costuma tirar os trabalhadores do sufoco que o salário habitual não dá conta.

Receba as principais notícias direto no WhatsApp! Inscreva-se no canal do Terra

Mas muita gente não pode esperar por esse finalzinho de ano e acaba pedindo a antecipação. Festas de final de ano, viagens, imprevistos financeiros e dívidas são algumas das principais razões pelas quais os trabalhadores preferem antecipar o benefício.

Será que é uma boa ideia?

A primeira coisa é avaliar quais são os seus gastos futuros e qual é o juro que você vai pagar nessa operação. Muitas vezes, na ansiedade, no desespero de se livrar daquela dívida, as pessoas aceitam qualquer oferta, explica Marina Farias, especialista do Me Poupe!.

Existem duas modalidades para pedir a antecipação. A primeira delas é diretamente com o empregador, e tem como vantagem não pagar juros. Já a segunda opção é ir atrás das instituições financeiras, que cobram juros próximos a 3%, mas com a segurança do vínculo empregatício ativo do cliente.

Foi através de um pedido a um banco comercial que a vigilante Márcia Regina Corrêa, de 42 anos, se tornou dependente do empréstimo. Eu me arrependi. Realmente me trouxe complicações, como precisar do saque do FGTS e não conseguir o acesso. Este ano já saquei de novo e se tornou uma bola de neve, desabafa.

Para Marina, o jeito é aproveitar a oportunidade do saque antecipado para não cair mais em ciladas. Se precisar antecipar, vamos analisar a taxa, o risco, mas também o motivo pelo qual eu estou precisando, para conseguir fazer diferente em 2025 e investir esse dinheiro, sugere.

Esse planejamento pode começar justamente na hora de calcular o 13º salário. A regra é simples: multiplicar o salário anual (bruto) por 12, multiplicar pelo número

de meses trabalhados, junto com horas extras e outros adicionais, como comissões. Mas, para ajudar na matemática, as próprias instituições financeiras possuem ferramentas para calcular o valor, mais os juros.

A planejadora Lai Santiago faz um alerta para o comportamento neste final de ano, influenciado por fatores da psicologia financeira.

É muito comum que, nesses períodos, a gente se sinta mais otimista e fazemos uma avaliação muito mais positiva e pouco realista da própria realidade financeira. Essa sensação, esse excesso de confiança, faz com que ignoremos o real impacto daquela tomada de decisão, observa.

Também é uma época em que imprevistos acontecem, como é o caso da servidora Renata Ferro, de 50 anos, que recorreu para o empréstimo quando a cachorrinha da família ficou doente.

No momento foi positivo, atendeu aquilo que eu precisava no momento. Mas na época do pagamento do 13º mesmo, fiquei chateada, porque já não tinha nada pra receber, lamenta.

Vale lembrar que só tem direito ao 13º salário quem trabalha com carteira assinada. Aposentados que recebem do **INSS**, apesar de terem direito ao benefício, não recebem a segunda parcela.

Daniela Pederneiras, CEO da Double Check Consultoria, deixa claro quem não deve pedir o adiantamento.

Se a pessoa não precisa antecipar, não tem porque pegar, pra não correr o risco de ficar no vermelho, afirma.

O pagamento da primeira parcela pode ser depositado pelo empregador até o dia 30 de novembro, sem descontos. Já a segunda parcela, com a dedução do Imposto de Renda (IR) e **INSS**, deve ser paga até 20 de dezembro.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/financas-pessoais/e-uma-boa-opcao-antecipar-o-13-salario-planejadoras-financeiras-explicam,0d5a54bf4699fc0b07780038991675a8h4dhcwuc>

*.html*

# A hora e vez do verdadeiro ajuste previdenciário - RAUL VELLOSO

## RAUL VELLOSO

Recentemente, o Senado aprovou, por unanimidade, a PEC nº 66/2023, que equiparou as regras de aposentadorias e pensões dos Regimes Próprios de **Previdência Social** (RPPS) dos servidores estaduais e municipais às da União, além de criar um parcelamento especial das dívidas dos municípios para com o **INSS**, limitar o pagamento de precatórios a um percentual da receita corrente líquida e desvincular receitas municipais.

Na verdade, entre 1988, ano de promulgação da atual Constituição Federal, e 2019, as regras de aposentadorias e pensões dos **servidores públicos** tinham sido sempre iguais para os servidores de todos os entes, ou seja, da União, Estados e Municípios. Foi apenas a partir de 2019, com a aprovação da Emenda Constitucional nº 103, que cada ente federativo passou a ter autonomia para definir suas próprias regras. Foi uma estratégia de deputados federais que visava a dividir o ônus político da aprovação dessa reforma com governadores, deputados estaduais, prefeitos e vereadores.

Só que, na prática, essa medida se mostrou, além de injusta, desastrosa do ponto de vista fiscal. Passados cinco anos daquela última reforma, até agora seis estados e o Distrito federal ainda não aprovaram as suas. Mas o pior cenário está nos municípios, pois, de um total de 2.092 municípios com regimes próprios, apenas 755 fizeram a reforma. Ou seja, apenas 36% aprovaram as respectivas reformas. Uma consequência importante disso foi a geração de um déficit atuarial de R\$ 1,1 trilhão nos municípios e R\$ 3,1 trilhões dos estados. Para cobrir tais déficits, os estados e municípios retiraram uma parcela importante do dinheiro que deveria ser destinado às políticas públicas mais diretamente voltadas a atender à população.

A título de exemplo da injustiça previdenciária criada por essa medida, cabe citar o Distrito Federal e Novo Gama, esta uma cidade do entorno de Brasília. Como o Distrito Federal não fez reforma, o professor do ensino fundamental do DF se aposenta 5 anos antes do professor do Novo Gama, que fez a sua. O mesmo ocorre com o professor de ensino médio do DF, em relação ao professor da rede estadual de Goiás que ensina a mesma disciplina em uma determinada

escola do que em qualquer município do entorno de Brasília. Qual a justificativa dessa desigualdade, quando o servidor do DF provavelmente ganha mais e tem melhores condições de trabalho?

Pois bem, agora a PEC 66 está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, para a análise de constitucionalidade. Posteriormente será criada uma Comissão Especial para discutir o mérito da PEC. Para a surpresa de muitos que acompanham o tema, o relator na CCJ, Deputado Darci de Matos, do PSD-SC, apresentou parecer considerando inconstitucional as regras de aposentadoria voltarem a ser iguais para todos **servidores públicos**, como sempre tinham sido. Já vimos muita criatividade indevida no Congresso Nacional, mas essa passa de qualquer limite aceitável, beirando algo provavelmente próximo do ridículo. Em outras palavras, o parecer seria pela inconstitucionalidade, pois o texto original não fazia qualquer distinção entre as regras de aposentadoria dos servidores federais, estaduais e municipais, e não dava nenhuma prerrogativa de os entes legislarem sobre esse assunto.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

# Reforma tributária na pauta do plenário

» **MARIA BEATRIZ GIUSTI\*** *\*Estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa*

Um dos projetos que voltará à pauta do Congresso - depois da pausa por conta das eleições municipais - será o da **reforma tributária**. O texto deve ser votado, hoje, no plenário da Câmara.

Já no Senado, três audiências públicas ocorrerão nesta semana para tratar das regras de unificação dos **tributos**.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), convocou uma sessão plenária para a votação do segundo Projeto de Lei Complementar (PLP), o PLP 108/2024, que cria o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviço (CG-IBS).

Em agosto, a Câmara aprovou o texto-base do PLP 108, mas ainda existem destaques pendentes, que só poderão ser liberados para aprovação no Senado quando a votação na Câmara for finalizada.

A princípio, Lira afirmou que apenas pautaria o PLP 108 quando o Senado votasse o outro projeto de lei complementar, o PLP 68/2024, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS).

Substituição Aprovado pela Câmara em julho, o PLP 68 cria o IBS, que substituirá o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) e o Imposto Sobre Serviços (ISS). O novo imposto será administrado pelo Comitê Gestor do IBS.

Além disso, o PLP 68 trata dos principais pontos da **reforma tributária**, como regras para imóveis, medicamentos e alimentos.

Na semana passada, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou um plano de trabalho para o PLP 68.

De acordo com o relator, senador Eduardo Braga (MDB-AM), a partir de hoje até 14 de novembro serão realizadas 11 audiências públicas e duas sessões temáticas a respeito do assunto.

Ontem, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse ser "possível que o Senado altere o projeto de regulamentação da **reforma tributária**".

Depois de se reunir com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio da Alvorada, Padilha destacou que a proposta é prioridade para o governo e deve ser votada até o fim de novembro.

O impasse central para o Senado em relação ao PLP 68 diz respeito à alíquota geral calculada a partir da lista de exceções que foram determinadas pela Câmara.

A alíquota inicial deveria ter como teto 26,5%, mas com a inclusão das carnes como alimentos isentos de **impostos**, além de outras mudanças feitas pelos deputados, o percentual da alíquota subiu para 28%. Se confirmada, o Brasil seria colocado no topo da lista de países com o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) mais alto do mundo.

**Site:**

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6579/29-10-2024.html?all=1>



# CAE defende 80 alterações na regulamentação da Reforma Tributária - CAPITAL S/A

**SAMANTA SALLUM**

O relatório final do Grupo de Trabalho da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, com ajustes ao PLP 68/24, que regulamenta a **reforma tributária**, será entregue hoje. O trabalho vai apresentar propostas de alteração ao texto aprovado pela Câmara dos Deputados. Foram realizadas audiências públicas para ouvir os setores empresariais, que apresentaram uma série de demandas.

Muitos se sentem prejudicados com a versão aprovada pelos deputados federais e apresentaram aos senadores pedidos de adequação para reduzir o impacto da reforma em suas áreas de atuação. O coordenador do grupo de Trabalho, senador Izalci Lucas (PL-DF) adiantou que o relatório contém 80 alterações ao texto. Uma delas se refere ao setor da Construção civil/setor imobiliário. Aumenta o Redutor de 60% para construção e 80% para locação.

Expectativa de aumento de 5,6% no comércio de flores e velas para Finados

Com a chegada do Dia de Finados (2 de novembro), o comércio de flores e velas do Distrito Federal prevê crescimento nas vendas, estimando uma movimentação média de R\$ 16,2 mil por estabelecimento em 2024. Segundo pesquisa do Instituto Fecomércio-DF, as vendas do período podem representar 14,34% do faturamento mensal dessas empresas. A expectativa é de que o feriado registre aumento de 5,6% nas vendas em relação ao mesmo período de 2023.

As mais procuradas

O estudo aponta que as flores mais procuradas para homenagear os entes queridos serão crisântemos, rosas e margaridas. Em relação aos preços, a maioria dos empresários (73,2%) pretendem mantê-los, enquanto 22% pensam em aumentar.

Juros altos e falta de trabalhadores qualificados preocupam indústria da construção

A elevada carga tributária foi o problema mais

enfrentado pela indústria da construção no 3º trimestre de 2024. O entrave foi apontado por 29,2% dos empresários do setor. Empatados na 2ª posição, a falta - ou alto custo - de trabalhadores qualificados e a taxa de juros elevada foram assinalados por 25,4% desses industriais. Os dados são da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC).

Insatisfeitos com as condições financeiras

A avaliação dos empresários da construção sobre a situação financeira das empresas piorou no 3º trimestre. O índice que mede a satisfação dos industriais do setor com a situação financeira atingiu 47,7 pontos, um ponto abaixo do registrado no 2º trimestre. No período que vai de julho a setembro, o indicador que aponta a satisfação deles com o lucro operacional caiu 0,2 ponto, para 45,4 pontos, o que revela insatisfação.

Ministério Público faz vistoria em obras do Teatro Nacional

A Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão (PDDC) realizou, ontem, uma vistoria para avaliar o andamento das obras de revitalização do Teatro Nacional Cláudio Santoro, em Brasília. Durante a visita, foi constatado que cerca de 80% da reforma da Sala Martins Pena está concluída. O procurador Eduardo Sabo aponta que, entre os principais desafios da revitalização, está o restauro das obras de Athos Bulcão e do painel acústico de madeira da Sala Martins Pena, que passará por um pregão para escolher a empresa mais qualificada para realizar o serviço. "A obra continua sendo bem executada, mas é bastante complexa. A previsão de entrega continua sendo em dezembro", comentou.

Sala Villa-Lobos

O secretário de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal, Cláudio Abrantes, acompanhou a vistoria. Ele explicou que os órgãos estão se unindo para o planejamento de um cronograma de entrega da próxima etapa da obra: a Sala Villa-Lobos

## Atuação do Iphan

O presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Leandro Grass, falou sobre o esforço para estabelecer um diálogo técnico e instrucional durante as obras. "O Iphan acompanha a revitalização, desde o início, encontrando caminhos de preservação do patrimônio cultural e, ao mesmo tempo, para as inovações necessárias e atualizações tecnológicas para dar conforto aos usuários."

**Site:**

**<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6579/29-10-2024.html?all=1>**

# Unafisco propõe compensação para isenção de IR sobre lucros e dividendos (Notícias)

*Redação Vero*

A Unafisco (**Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal) propôs uma alíquota de cerca de 5% sobre lucros e dividendos para compensar a perda de arrecadação com a isenção de imposto de renda para rendas de até R\$ 5 mil mensais, prometida pelo governo Lula.

Segundo cálculos da entidade, a medida pode gerar um aumento de R\$ 51 bilhões no orçamento familiar, mas demandaria ajustes fiscais.

A proposta será enviada ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, nesta terça-feira (29). Mauro Silva, presidente da Unafisco, defendeu também uma correção integral da tabela do IR, o que poderia devolver R\$ 212 bilhões às famílias, mas exigiria uma alíquota efetiva de 20,95%, considerada elevada.

**Site:** <https://veronoticias.com/economia/unafisco-propoe-compensacao-para-isencao-de-ir-sobre-lucros-e-dividendos/>

# "A cultura alimentar ainda é forte no Brasil, mas a tendência é ruim"

**OCIMARA BALMANT**

ENTREVISTA: Carlos Augusto Monteiro, Professor da Faculdade de Saúde Pública da USP, é responsável pela classificação NOVA, que trouxe o conceito de ultraprocessado

Há cinco anos, o médico epidemiologista Carlos Augusto Monteiro, da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP), figura na lista dos pesquisadores mais influentes do mundo. No ano passado, ele foi o brasileiro com os artigos mais citados em revistas e estudos científicos internacionais.

A fama é oriunda da NOVA, a classificação proposta por Monteiro que revolucionou a forma como os alimentos são categorizados. "Começamos a identificar que a origem das doenças ligadas à alimentação estava num grupo de produtos sobre os quais a indústria tem um lucro muito maior, na medida em que são feitos com ingredientes de baixo custo e grande durabilidade", disse o médico em entrevista ao Estadão.

Nascia, em 2009, o conceito de ultraprocessado. Uma palavra enorme, mas que Monteiro define de uma maneira simples: ultraprocessado é um produto feito com ingredientes que não existem na cozinha doméstica, como aditivos para substituir a cor, o aroma e a textura de um alimento.

A classificação também mudou a forma como se enxerga a relação do consumidor com a comida: se, antes, a pessoa física era vista como a única responsável pelas escolhas alimentares, agora os CNPJs precisam assumir a parte que lhes cabe nas mazelas resultantes da alimentação inadequada, como a atual epidemia de sobrepeso e de obesidade.

Confira a seguir a entrevista completa com o médico.

Como a NOVA mudou, na prática, a relação entre indústria e qualidade da alimentação?

O paradigma anterior tinha o foco em nutrientes - basicamente, em gordura saturada, açúcar, sal e fibra - e, de alguma maneira, culpava o próprio consumidor pelo fato de não ter uma alimentação muito saudável. Era um pouco assim: as pessoas preferem comer com

muito sal, com pouca fibra e com muito açúcar, e por isso acabam adoecendo.

Quando a gente começa a fazer uma classificação dos alimentos não só pelo teor de nutrientes, mas também pela forma de processamento, começa a colocar a responsabilidade em quem processa esses alimentos. O foco sai do consumidor e vai para a indústria que usa estratégias de marketing muito sofisticadas para que as pessoas troquem a alimentação tradicional pelo consumo de ultraprocessados.

Que indústria é essa?

São as grandes indústrias transnacionais dentro do sistema alimentar. Porque um fator importante é que o ultraprocessamento requer maquinários, tecnologias, controle de qualidade e mesmo ingredientes - como aditivos - que são de acesso restrito. E uma coisa mais sutil é que você consegue fazer um produto único, um produto de marca.

Tanto que é algo comum as receitas com segredos industriais.

E o nome é "produto" porque, pela composição, o ultraprocessado nem deve ser considerado um alimento, certo?

Sim. Primeiro, você tem muitos ingredientes: dez, 15, 20, até 30. Depois, você manipula misturas de sal, gordura, açúcar, aromatizantes, texturizantes, e consegue criar produtos de baixo custo para a indústria, mas que são extremamente palatáveis. Essas indústrias têm laboratórios de análise sensorial que permitem que consigam chegar a receitas com combinação de gordura e açúcar que maximizam o prazer e que se tornam mesmo viciantes para algumas pessoas.

O cenário no Brasil é preocupante, mas ainda consumimos menos ultraprocessados do que países como os Estados Unidos e a Inglaterra.

A vantagem, nesse caso, seria o fato de os preços dos ultraprocessados ainda não estarem tão baixos por aqui?

O preço é uma questão, mas a grande diferença é que, no Brasil, o consumo de ultraprocessados não

chegou às principais refeições. Consumimos refrigerantes e sorvetes, mas, no almoço e no jantar, a cultura alimentar ainda é muito forte. A maior parte dos brasileiros ainda come o PF (prato feito), a comida por quilo. O alerta é que estamos em um processo de transição, até porque estudos mostram que o preço relativo dos ultraprocessados aumentou muito menos do que o de alimentos in natura ou minimamente processados. A tendência é ruim.

Nesse aspecto, podemos considerar que há um público mais suscetível, como as crianças e os jovens, por exemplo?

O que percebemos no recorte por idade é que, quanto mais velho, menor o consumo de ultraprocessados.

Quanto mais jovem, maior.

Os adolescentes são o grupo com o maior consumo. Recentemente, saiu um estudo na Inglaterra em que olharam as crianças com dois e, depois, com sete anos. O que se viu foi um aumento no consumo de dois para sete anos e também uma correlação muito grande: a criança de dois anos que comia muito ultraprocessado é a criança de sete anos com consumo mais elevado. Isso mostra que os hábitos e as preferências são criados quando a criança ainda é pequena. Por isso o esforço da indústria de ultraprocessados na propaganda ligada a crianças e todo o investimento em textura, cor e aroma.

Tudo isso vai criando o que a gente chama de familiaridade, e que vai influenciar os hábitos para toda a vida.

E quais as consequências mais diretas do consumo de ultraprocessados?

Há dois grandes problemas: no ultraprocessado, você não tem o alimento inteiro, e é importante você comer junto a fibra, os antioxidantes e a proteína, por exemplo. Quando você separa essas coisas, o nutriente não funciona da mesma maneira.

A outra questão é que, por não ter o alimento integral, o ultraprocessado tem muitos aditivos para substituir a cor, o aroma e a textura.

Então, você não tem o alimento integral e tem uma série de substâncias químicas estranhas ao alimento. Agora, imagina a criança que começa essa trajetória logo cedo, a quantidade de aditivos que vai consumir ao longo da vida. É uma coisa cumulativa. Talvez o consumo seria inócuo se fosse numa quantidade pequena, mas imagina o volume. E daí podemos falar do que se chama de "princípio da precaução"...

Isso. Como a relação entre saúde e alimentação é uma relação complexa, a gente nunca vai conhecer tudo. Talvez a maioria dos aditivos não seja problemática, mas, certamente, alguns são. Então, à medida que você aumenta a exposição do seu organismo a algo que ele não está programado, aumenta a probabilidade de ter algum tipo de problema.

O princípio da precaução é esse: você tem a possibilidade de não consumir aditivos e ficar menos exposto a problemas.

E como fazer para barrar esse consumo?

Os produtos estão ficando cada vez mais baratos, com mais propaganda, e cada vez mais palatáveis e mais irresistíveis.

Então, se tem uma série de forças caminhando no sentido de empurrar as pessoas para o aumento do consumo de ultraprocessados, a gente precisa criar uma força oposta em muitas frentes para desnormalizar esse consumo. Um ponto é a **reforma tributária**: todos os ultraprocessados deveriam ter um imposto maior e, por outro lado, isentar ao máximo os alimentos naturais e minimamente processados. A outra grande questão é a publicidade.

Faz sentido que haja propaganda infantil com o uso de heróis para aqueles produtos já rotulados como alto em açúcar, alto em sódio e alto em gordura saturada?

E, por fim, a rotulagem de advertência precisa ser intensificada.

A Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) está avaliando a possibilidade de acrescentar na rotulagem de advertência corantes, aromatizantes e adoçantes artificiais.

E daí, penso eu, uma estratégia seria proibir a publicidade de todos os produtos com essa rotulagem de advertência.

E ninguém iria à falência por isso.

Exato. Porque não é que a indústria queira fazer um alimento para as pessoas ficarem doentes. Obviamente que não.

A indústria teria interesse que as pessoas ficassem saudáveis.

O problema é que o lucro é uma coisa tão poderosa que a indústria tenta normalizar uma coisa que não é normal.

Durante milhões de anos, tivemos uma alimentação sem aditivos, por que agora a gente precisa? A gente não precisa.

Quem precisa é a indústria.

Porque o aditivo faz parte do modelo de negócios, faz com que o produto dure anos, e isso é lucro. Ela pode estocar, transportar por longas distâncias, usar ingredientes de baixo custo.

O objetivo é mostrar que o consumo é inevitável. Só que não. É absolutamente possível você ter uma alimentação sem esses aditivos todos.

O que pode ser hoje considerado uma alimentação saudável?

Há várias maneiras de ter uma alimentação saudável, o importante é seguir alguns princípios. Um deles é você consumir o alimento inteiro, o mais próximo possível de como ele está na natureza. O outro princípio é você diversificar, consumir alimentos de várias famílias. Decidir qual é a verdura ou a fruta é uma questão de cultura e de preferência.

O que não se pode é ter uma dieta monótona. Ou cheia de aditivos.

"Decidir qual é a verdura ou a fruta é uma questão de cultura e de preferência. O que não se pode é ter uma dieta monótona. Ou cheia de aditivos"

"Se tem uma série de forças caminhando no sentido de empurrar as pessoas para o aumento do consumo de ultraprocessados, a gente precisa criar uma força oposta em muitas frentes para desnormalizar esse consumo"

Produto Ultraprocessado é feito com ingredientes que não existem na cozinha doméstica, como aditivos

Por idade Quanto mais velho, menor o consumo de ultraprocessados. Quanto mais jovem, maior

Para lembrar

Projeções preocupantes para a obesidade

I Epidemia Especialistas consideram que o mundo enfrenta uma epidemia de sobrepeso e obesidade. "Nenhuma área do mundo está imune às consequências da obesidade e os mais pobres são os que mais sofrem, em idades cada vez mais jovens", diz a World Obesity Federation (WOF), no World Obesity Atlas 2024

I Taxa Estudo conduzido pela NCD Risk Factor

Collaboration, em parceria com a Organização Mundial da Saúde (OMS), mostrou que mais de 1 bilhão de pessoas convivem com obesidade no mundo.

Na população adulta, a taxa de obesidade mais do que dobrou entre mulheres e quase triplicou entre homens de 1990 a 2022

I Brasil De acordo com a Pesquisa de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel) de 2021, a prevalência de excesso de peso (sobrepeso) na população brasileira é de 57,2% e a de obesidade, 22,4%

I Mudanças Com base nas tendências dos dados de 2000 a 2016, e assumindo que nada mude em termos de intervenção, a WOF considera que a taxa de adultos com sobrepeso e obesidade passará de 42% em 2020 para 54% em 2035

I Fator de risco A obesidade tem um impacto profundo na qualidade de vida do paciente, de acordo com a OMS. "Pode levar ao aumento do risco de diabetes tipo 2 e doenças cardíacas, pode afetar a saúde óssea e a reprodução, além de aumentar o risco de certos tipos de câncer", alerta

I Crianças e adolescentes Conforme a OMS, mais de 390 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 19 anos estavam acima do peso em 2022. "Crianças com obesidade têm grande probabilidade de se tornarem adultos com obesidade e também correm maior risco de desenvolver doenças crônicas na idade adulta", adverte a entidade

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

## Evento discute reforma tributária

A Federação das Associações Comerciais e Empresariais de Mato Grosso (Facmat) faz na sexta-feira (1º), no Hotel Inter, em Cuiabá, o Congresso Estadual do setor, um encontro que reunirá as principais lideranças empresariais e políticas do estado para debater o futuro econômico de Mato Grosso. Na véspera, 31 de outubro, haverá um jantar para comemorar os 40 anos da Facmat, reunindo convidados, parceiros e representantes das associações comerciais. Com uma programação robusta, o congresso contará com painéis, palestras, estandes dos parceiros, reuniões concomitantes entre presidentes, executivos, parceiros, o Conselho da Mulher Empresária e o Conselho dos Jovens Empresários, promovendo o fortalecimento das relações. Segundo o anfitrião, Jonas Alves, presidente da Facmat, o congresso será um momento de grande importância para todos os participantes, bem como para reforçar o papel da Facmat na defesa dos interesses empresariais ao longo de seus 40 anos de existência.

# Padilha projeta mudanças na reforma tributária

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse ontem que é possível que o Senado altere o projeto de regulamentação da **reforma tributária**. Ele falou após se reunir com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que despachou da residência oficial.

Padilha afirmou que há muitas propostas de emendas ao projeto no Senado, daí a probabilidade de haver alguma mudança. Ele disse que a matéria é prioridade do governo e que deve ser votada até o fim de novembro. E acrescentou que o governo quer discutir um calendário para a discussão dos projetos de Lei de Diretrizes Orçamentárias e de Lei Orçamentária Anual - essa seria a segunda prioridade do Executivo.

O chefe da articulação política do governo afirmou que, ao longo da semana, o presidente da República poderá se reunir com os líderes do governo federal no Legislativo. Mencionou que o senador Otto Alencar (PSD-BA) está no posto no Senado durante a ausência de Jaques Wagner (PT-BA).

Padilha comentou a negociação em curso sobre o funcionamento das emendas parlamentares, frações do orçamento cujos destinos são decididos por deputados e senadores. Ele falou em "adequar o crescimento das emendas ao marco fiscal", dispositivo que limita o aumento das despesas do governo. \_

**Site:** <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20241029&edicao=30503>



# Pacheco diz querer relatar novo Código Penal após deixar presidência do Senado

**Angela Boldrini**

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD - MG), afirmou nesta terça-feira (29) durante evento em Londres que permanecerá no Senado após o fim de seu mandato no comando da Casa, em fevereiro de 2025.

Questionado sobre a possibilidade de assumir um ministério do governo Lula no ano que vem, Pacheco desconversou. "Minha intenção é permanecer no Senado pelos próximos dois anos."

O senador participou de mesa na Lide Brazil Conference, evento promovido em Londres pelo grupo empresarial fundado pelo ex-governador de São Paulo João Doria. A conferência é feita em parceria com a Folha e com o UOL.

O presidente do Senado disse que deve se dedicar a projetos de sua autoria, como o PL que regulamenta a inteligência artificial no Brasil.

Pacheco também manifestou interesse em relatar uma atualização do Código Penal brasileiro. "Esse é um debate que teremos que fazer", afirmou.

O senador não fez menções a candidaturas para sua sucessão e se limitou a dizer que considera que sua gestão teve balanço positivo, citando a atuação do Senado durante a pandemia.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na capital federal

Carregando...

Sem citar os ataques golpistas de 8 de janeiro, Pacheco também exaltou o que vê como o papel do Senado "na defesa da democracia".

Nesta semana, com o fim das eleições municipais, o Congresso volta a ter agenda intensa nos últimos meses de mandato de Pacheco e Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara.

Embora as negociações para a sucessão devam ocupar grande parte das atenções em Brasília, as Casas recebem pressão para regulação da **reforma tributária** e resolução de impasses relacionados a

emendas parlamentares.

Além disso, a Câmara deve decidir sobre o projeto que propõe anistiar os envolvidos nos ataques de 8 de janeiro.

**Site:**

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/10/pacheco-diz-querer-relatar-novo-codigo-penal-apos-deixar-presidencia.shtml>

# Congresso volta no pós-eleição com pressão por anistia a 8/1, emendas e reforma tributária

**Tháisa Oliveira**

**Victoria Azevedo**

Com o fim das eleições municipais, que praticamente paralisaram os trabalhos do Congresso, a Câmara e o Senado têm agendas intensas antes do fim do ano.

Boa parte da energia das lideranças partidárias deve se concentrar nas negociações para a escolha dos próximos presidentes das duas Casas, mas há pressão sob o Congresso para a regulamentação da **reforma tributária** e também com relação ao impasse em torno do pagamento das emendas parlamentares .

Na Câmara, o presidente da Casa, Arthur Lira ( PP - AL), tenta construir um acordo em torno do projeto de lei de anistia aos envolvidos nos ataques de 8 de janeiro para não contaminar a campanha do candidato dele à presidência da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB) .

Motta será lançado oficialmente como candidato a presidente da Câmara nesta terça-feira (29), em evento na sede do Republicanos, em Brasília. Outros dois deputados também pleiteiam o apoio do presidente Lula (PT) para o cargo: os baianos Antônio Brito, líder do PSD , e Elmar Nascimento, líder do União Brasil .

A anistia aos golpistas entrou de novo na pauta desta terça da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara, mas parlamentares governistas trabalham para frear a movimentação diante da pressão feita por bolsonaristas para que os candidatos à presidência da Câmara e do Senado se comprometam com a votação do texto no plenário em 2025.

Parlamentares esperam que Lira faça algum anúncio sobre a sucessão na Casa até o fim da semana. O partido dele, PP, deve confirmar apoio à candidatura de Motta nesta terça.

O Congresso precisa ainda votar o Orçamento de 2025 e a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) -que, pela Constituição, deveria ter sido aprovada antes do

recesso do meio do ano. A votação, desta vez, acabou travada diante da decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) que suspendeu em agosto o pagamento das emendas parlamentares.

Para tentar dar mais transparência à distribuição do dinheiro e atender a exigências do STF, congressistas devem incluir parte das regras na LDO e aprovar um projeto de lei sobre o tema. Deputados e senadores avaliam que dificilmente a proposta apresentada pelo relator do Orçamento , senador Ângelo Coronel (PSD-BA), vai ser aprovada nesta semana pelas duas Casas, mas afirmam que o tema é prioridade nesta volta aos trabalhos.

Já o governo Lula espera que haja consenso para aprovação da regulamentação do mercado de carbono antes da 29ª COP (Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas), marcada para novembro no Azerbaijão.

Senadores acusam Lira de ter patrocinado uma mudança no regimento interno da Câmara que fez com que os deputados ficassem com a palavra final do projeto. O líder interino do governo no Senado, Otto Alencar (PSD-BA), tenta agora um acordo entre os relatores, a senadora Leila Barros (PDT-DF) e o deputado federal Aliel Machado (PV-PR).

O governo também quer aproveitar a comoção causada por incêndios de grandes proporções nos últimos meses para colocar em votação o projeto de lei que endurece as penas de crimes ambientais. A proposta do governo foi incorporada a um projeto de lei já aprovado pelo Senado de autoria do senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).

O Palácio do Planalto também precisa destravar a votação dos indicados para a diretoria de agências reguladoras, que dependem de sabatina e aprovação pelo Senado. Uma das prioridades é a vaga já aberta para a diretoria da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), com o nome de Gentil Nogueira de Sá.

Já o Senado pretende instalar até o fim do ano uma nova CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigar a atuação dos sites de apostas. Nove dos

11 titulares já foram indicados pelos líderes partidários e há acordo para que a autora do requerimento, Soraya Thronicke (Podemos-MS), seja relatora.

"Acredito que a regulamentação da **reforma tributária** e a CPI das bets são pontos importantes que o Senado tem no radar. Outros dois projetos de suma importância são: o PL do mercado de carbono e o que aumenta pena para crimes ambientais e queimada", diz a senadora Eliziane Gama (PSD-MA).

Ela diz que é necessário "rejeitar qualquer proposta que tente anistiar pessoas envolvidas com o 8 de janeiro, bem como frear propostas que visem afastar ministro do STF".

Deputados de oposição também defendem a aprovação no plenário de um pacote anti- STF , mas Lira já indicou que só um dos projetos deve seguir sua tramitação na Câmara: a PEC que limita decisões monocráticas de integrantes da corte, já aprovada no Senado .

Enquanto Motta, Britto e Nascimento se articulam pela presidência da Câmara, Alcolumbre tem se movimentado praticamente sozinho para voltar ao comando do Senado. O senador busca o apoio do PT e do PL e já reúne o aval de três siglas de diferentes campos ideológicos: PDT, PSB e PP.

**Site:**

**<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/10/congresso-volta-no-pos-eleicao-com-pessao-por-anistia-a-81-emendas-e-reforma-tributaria.shtml>**

# Ficha Limpa, 8 de janeiro, emendas, sucessão: os desafios da reta final de Lira e Pacheco à frente da Câmara e do Senado

Com o fim das eleições municipais e restando apenas dois meses de produção legislativa para as gestões dos presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), os chefes das Casas vão precisar correr para avançar com iniciativas que ambos definiram como prioridade.

Além do tempo exíguo, as votações de projetos importantes podem ser impactadas pela dedicação de parlamentares em construir um acordo sobre as emendas parlamentares e o orçamento do ano que vem. As articulações para a sucessão do comando das Casas também devem exigir empenho dos congressistas, o que contribui para o engarrafamento de pautas.

Neste mesmo período, os presidentes da Câmara e do Senado desembarcam em Londres para participar de um evento do Lide na primeira semana após as eleições. Na semana seguinte, acontece ainda a reunião dos presidentes dos Parlamentos do G20 e, no dia 20 de novembro, haverá o feriado da Consciência Negra, o que deve desmobilizar o Congresso.

Ainda assim, parlamentares veem caminho para aprovar algumas iniciativas. A principal delas é a regulamentação da **Reforma Tributária**.

- O trabalho vai ser o esforço de entregar a regulamentação da **Reforma Tributária**. Pode ser (que aprovem mais projetos), mas o que ouvi do presidente (do Senado) é concentração plena na conclusão da regulamentação - disse o primeiro vice-presidente do Senado, Veneziano Vital do Rego (MDB-PB).

Logo após o segundo turno, os senadores devem se debruçar sobre o projeto que beneficia políticos inelegíveis pela Lei da Ficha Limpa. O texto já foi aprovado pela Câmara e, se chancelado pelos senadores, vai à sanção. A iniciativa faz parte de um pacote de mudanças eleitorais.

Outros projetos determinam alterações ainda mais amplas, como na prestação de contas dos partidos e candidatos e com dribles para participação feminina na

política. Há também discussões para acabar com a reeleição para cargos no Poder Executivo. Essas frentes, no entanto, não devem avançar neste ano.

Outro projeto já descartado pelo entorno de Pacheco é um de sua própria autoria que muda a dinâmica do processo de impeachment de autoridades. O texto hoje está parado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. Há, porém, pressão de bolsonaristas, que buscam pressionar ministros do STF dando celeridade ao tema.

Aliados do presidente do Senado dizem que o texto não é prioridade na reta final do mandato à frente da Casa.

Uma regulamentação do uso de Inteligência Artificial, de autoria do presidente do Senado e relatada pelo senador Eduardo Gomes (PL-RO), também tem a aprovação almejada ainda neste ano por Pacheco e pelo governo federal. Não há, porém, acordo sobre o texto.

## **Reforma Tributária**

A principal pauta hoje do Congresso é a regulamentação da **Reforma Tributária**. O primeiro projeto, que regulamenta os **impostos** IBS e CBS, já foi aprovado pela Câmara, mas ainda precisa ser analisado pelo Senado. Com a possibilidade de ser alterado, precisaria ser votado mais uma vez pelos deputados.

Os senadores definiram um calendário de votação que deve terminar de ser analisada na Casa em novembro.

Por sua vez, a Câmara ainda não terminou de votar o segundo projeto, que regulamenta o comitê gestor do IBS e CBS, mas deve fazer isso assim que o Senado aprovar o primeiro texto.

Fora da seara econômica, Lira ainda prometeu ao líder do Republicanos, Hugo Motta (PB), seu candidato à sucessão no comando da Casa, que vai dar ainda neste ano algum desfecho para o projeto que anistia os condenados pelos atos golpistas do 8 de janeiro.

O projeto está na pauta da CCJ da Câmara e deve ser votado já na próxima terça-feira pela comissão. O colegiado tem maioria de oposição e tende a aprovar o texto, mas petistas ainda tentam impedir a votação.

Líderes avaliam que não está claro o caminho que o projeto seguirá se passar da CCJ. Não está definido se haverá consenso para que um requerimento de urgência acelere a tramitação e coloque o texto em votação direto no plenário.

Também não está claro para os partidos se Lira vai manter o deputado bolsonarista Rodrigo Valadares (União-SE) como relator no plenário ou se pode indicar um nome que mude o texto e barre a anistia.

A Câmara também se debruça sobre um projeto que proíbe o uso de celulares na escola. A ideia é que o texto seja fruto de acordo com o Ministério da Educação. Inicialmente o objetivo era que ele fosse aprovado pela Câmara e pelo Senado a tempo de valer para o ano escolar de 2025. Deputados avaliam que a Câmara conseguirá aprovar o texto, mas não com tempo suficiente para os senadores analisarem o projeto ainda neste ano

- Já há acordo com todos os partidos. O projeto não é do Executivo, é o Congresso que está conduzindo esta pauta e há consenso pela necessidade e urgência que o momento pede - declarou o relator do texto na CCJ da Câmara, deputado Diego Garcia (Republicanos-PR).

No Senado ainda há projetos com os quais Pacheco se envolveu diretamente, como os que atualizam o Código Civil e o Código Penal.

Pacheco será autor de um projeto que atualiza as regras do Código Civil. Uma comissão coordenada pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luís Felipe Salomão entregou ao presidente do Senado um anteprojeto sobre o tema, mas o senador do PSD ainda não protocolou oficialmente o texto.

O senador já disse que pretende se dedicar ao assunto quando sair do comando da Casa Legislativa e estiver nos dois anos restantes de mandato como parlamentar. Até 2026, ele também quer avançar uma reforma no código penal, apresentada pelo ex-senador e ex-presidente José Sarney em 2013, mas que ficou engavetada na Casa.

Também está pendente de análise da Câmara a votação do projeto que institui um novo programa de renegociação das dívidas dos estados. Este último é assunto prioritário de Pacheco, que busca ajudar Minas Gerais. O chefe do Senado tenta fazer com que os deputados terminem de votar ainda neste ano.

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), se reuniu com Lira e com Pacheco na semana passada para debater o texto e a expectativa é que ele seja aprovado neste ano pela Câmara. Como já passou pelo Senado, o projeto já seria encaminhado para a sanção ou veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Em uma publicação nas redes sociais, Lira disse que mantém diálogo com Zema e todos os governadores para fechar um acordo sobre o texto.

Continuamos mantendo o diálogo com o governo mineiro e todos os demais entes federativos envolvidos na solução do problema que afeta a gestão dos governos estaduais, declarou o deputado do PP.

Também está travado o projeto que regulamenta o mercado de carbono, que teve a chancela dos deputados, mas ainda não foi analisado pelos senadores. O líder do PSD e líder do governo interino no Senado, Otto Alencar (BA), declarou que o texto, que está sob a relatoria de Leila Barros (PDT-DF), pode ter a tramitação concluída no Congresso até o final de novembro.

Ainda que as reuniões de líderes na Câmara e no Senado tenham ficado escassas com o período das eleições municipais, os presidentes das duas Casas têm consultado individualmente os líderes por telefone para construir o cronograma de votações até o final do ano.

**Site:**

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2024/10/29/ficha-limpa-8-de-janeiro-emendas-sucessao-os-desafios-da-reta-final-de-lira-e-pacheco-a-frente-da-camara-e-do-senado.ghtml>

# Câmara debate impactos da reforma tributária nos direitos da população com deficiência

A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD) da Câmara dos Deputados faz uma audiência pública na próxima terça-feira, 5/11, para debater os impactos da **reforma tributária** nos direitos da população com deficiência, atendendo a pedido da deputada federal Rosângela Moro (UNIÃO-SP).

Entre as instituições convidadas pelo presidente da CPD, o deputado federal Weliton Prado (SOLIDARIEDADE-MG), está a Associação Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (ANAPcD), que será representada pelo Abrão Dib, presidente da entidade.

Conseguimos espaço na Câmara dos Deputados, para onde a **reforma tributária**, se alterada no Senado, volta para avaliação. Trabalhamos para pressionar o Senado Federal, pela nossa participação na Comissão de Constituição e Justiça, de onde sairá o relatório final da reforma, mas é importante, nesta audiência na Câmara, em uma comissão permanente, ao lado de autoridades do governo federal, mostrar a violência tributária, diz Abrão Dib.

Atacamos em dois lados: no Senado, pela correção do texto, e na Câmara dos Deputados, onde queremos manter as correções, explica Dib.

20/08/2024 - Episódio 154: Associação luta por alterações na **Reforma Tributária** e diz que proposta atual prejudica pessoas com deficiência

14/11/2023 - Episódio 114: **Reforma tributária** e as isenções para pessoas com deficiência

11/07/2023 - Episódio 96: **Reforma tributária** e as pessoas com deficiência

Na avaliação da ANAPcD, a população com deficiência é prejudicada em ao menos quatro trechos da **Reforma Tributária** (Projeto de Lei Complementar nº 68/2024).

Estão na mira da instituição os critérios para a concessão de isenções, o valor máximo dos veículos no benefício, a exigência de renovação constante de laudo e o tempo para troca do carro.

Quando passou pela Câmara, o texto da **Reforma Tributária** foi alterado pelos deputados e chegou ao Senado com a proposta de reduzir de R\$ 200 mil para R\$ 150 mil o preço máximo (o teto) do veículo novo com isenção do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), taxa federal que será substituída pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). O PLC estabelece ainda que somente carros de até R\$ 70 mil terão isenção total, ou seja, a partir desse valor, a pessoa com deficiência tem de pagar o IPI (ou CBS) proporcional à diferença até R\$ 150 mil. Na prática, essa regra mantém o teto em R\$ 70 mil, preço que o mercado automotivo já manifestou ter grande dificuldade em manter na oferta de carros com tecnologia e segurança atualizadas.

Outro trecho que prejudica pessoas com deficiência na **Reforma Tributária** em trâmite no Senado, diz a ANAPcD, é que a proposta prevê o direito às isenções na compra do carro novo somente para quem precisa de adaptação externa, aquela que não faz parte da fabricação do veículo. De acordo com a associação, isso representa 5% das pessoas com deficiência que pedem as isenções e elimina a possibilidade para, por exemplo, não condutores - cegos, tetraplégicos, autistas, pessoas com paralisia cerebral - e gente com deficiência que consegue dirigir carro de câmbio automático e direção elétrica, ou hidráulica, sem qualquer equipamento extra.

A exigência de renovação constante do laudo que comprova a deficiência, apresentada na proposta em análise pelos senadores, também é um problema apontado pela ANAPcD. A instituição defende laudo permanente para pessoas com deficiências irreversíveis, de origem congênita, provocadas por acidentes, amputações ou lesões neurológicas que causam paraplegia ou tetraplegia, ou pessoas com nanismo e outras condições.

Por fim, a entidade afirma que o prazo de quatro anos para a troca de veículos, previsto na proposta, também prejudica as pessoas com deficiência, e busca alteração para dois anos.

No Senado, a proposta da **Reforma Tributária**

recebeu 1.081 emendas. Nessa lista estão 11 específicas sobre os trechos que tratam das isenções e das regras para a população com deficiência.

O projeto vai ser avaliado pelo senador Eduardo Braga (MDB-AM), relator da **reforma tributária** na Comissão de Constituição e Justiça. Nossa intenção é pressionar os senadores da CCJ, como fizemos com o integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos e conseguimos que o coordenador da CAE, senador Izalci Lucas (PL-DF), incluísse uma emenda. Agora, a investida é na CCJ do Senado, com a expectativa do relatório final favorável às nossas propostas , afirma o presidente da ANAPcD.

**Site: <https://www.terra.com.br/nos/camara-debate-impactos-da-reforma-tributaria-nos-direitos-da-populacao-com-deficiencia,e220c20962584b210117c63a8bcc0d2bf16u0gyb.html>**

# Reforma tributária: Senado discute regulamentação com desafio de evitar novo aumento na alíquota

BRASÍLIA - Depois de ter sido aprovado em meados de julho na Câmara , o Senado vai começar a discutir nesta terça-feira, 29, o projeto de lei que regulamenta a **reforma tributária** . Entre senadores, há a certeza de que haverá mudanças no texto, mas o entendimento do relator da proposta, Eduardo Braga (MDB-AM), é de que há menor margem de manobra para mudanças na Casa, já que a versão final da proposta caberá à Câmara dos Deputados, com possibilidade também de vetos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva .

Por isso, Braga tem dito que será preciso negociar com lideranças da Câmara e do Executivo, antes que os senadores aprovem modificações no texto em plenário. Entre os principais desafios do relator, segundo tributaristas, é impedir que novos setores e produtos consigam entrar em regimes com alíquotas reduzidas, para evitar um aumento da chamada alíquota padrão do imposto .

Temos de buscar o consenso com a Câmara previamente, sob a pena de que as medidas não sejam acolhidas pela Câmara e nem sequer cheguem ao Executivo , afirmou o relator durante apresentação do plano de trabalho de tramitação, na última semana.

Um dos pontos da PEC aprovada no ano passado é de que haverá manutenção da carga tributária, e uma das apostas do senador é de que a reforma consiga diminuir a sonegação no País. Com mais contribuintes pagando **impostos**, a expectativa é de que a alíquota padrão do IVA possa ficar mais baixa do que os valores calculados atualmente.

**Site:** <https://www.terra.com.br/economia/reforma-tributaria-senado-discute-regulamentacao-com-desafio-de-evitar-novo-aumento-na-aliquota,49185f09660799ba00cd4d5514923e585t1fv2kp.html>



# Emendas orçamentárias são recurso público (Artigo)

» **LUCIANO NAKABASHI** *Doutor em economia e professor-associado da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FEARP/USP)*

Ao refletir sobre como as emendas parlamentares têm sido utilizadas atualmente, é difícil discordar da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de suspensão das emendas impositivas ao Orçamento da União até que regras de transparência sejam definidas e implementadas. A questão da transparência no uso dos recursos públicos é fundamental para que eles sejam utilizados de forma mais eficiente e evitar desvios.

Cabe lembrar que esses recursos são provenientes de **impostos** e **tributos** pagos pelos cidadãos brasileiros, e o mínimo que se espera como prestação de contas é que a sociedade saiba qual o seu destino. Os recursos são dos cidadãos e não dos parlamentares, como parece de acordo com o comportamento de parte deles diante da decisão do STF, só para citar um exemplo.

A transparência não somente inibe a ocorrência de desvios, como propicia a realização de análise sobre a importância do direcionamento dos recursos públicos tanto por parte de analistas quanto pela população brasileira.

Em um mundo em que os recursos são escassos e as margens dos gastos discricionários do governo federal são cada vez menores, é essencial que eles sejam direcionados em projetos que tragam maiores retornos para a sociedade brasileira.

Para isso, além da total transparência, seria importante que estudos sobre cada projeto a ser financiado pelas emendas do Orçamento fossem realizados de forma a melhorar o planejamento e a eficiência de tais gastos, pelo menos a partir de um determinado montante.

Isso deveria ocorrer em todos os gastos com recursos públicos discricionários de forma a aumentar o retorno social.

Além da falta de transparência, parte da utilização dos gastos provenientes das emendas ocorre mais para maximizar a chance de reeleição dos parlamentares e

de outros políticos próximos do que para melhorar o retorno social no médio e longo prazos. Não é difícil imaginar tipos gastos que são notados pela população - trazem maior capital político e chances de reeleição - , mas que não são os melhores destinos de tais recursos.

Por exemplo, por mais que seja enfatizado atualmente, a construção de uma escola ou hospital não é, necessariamente, a melhor forma de utilização dos recursos públicos. É preciso analisar a real necessidade dessa construção e lembrar que é preciso professores, médicos, enfermeiros, entre outras necessidades para manutenção dessas instituições que geram gastos recorrentes.

Feita essa análise, é preciso comparar com o retorno e a necessidade de outros tipos de gastos.

Outro ponto relevante é que, com as emendas, o Poder Legislativo vem se tornando, cada vez mais, um executor de políticas públicas, tomando espaço que cabe ao Poder Executivo.

De forma geral, a total transparência é algo que deve ser buscado no uso de todos os recursos públicos nas esferas federal, estadual e municipal. Precisamos reduzir as brechas da ineficiência e corrupção existentes em nosso sistema de gastos público e eleitoral. Também precisamos de mais estudos para que os recursos públicos sejam alocados de forma mais eficiente para trazer maiores benefícios sociais, com ênfase na redução da desigualdade de renda e da pobreza.

Esses dois objetivos deveriam estar entre as prioridades das políticas públicas; claro que com a realização de estudos sobre o impacto dos gastos e sobre os tipos de políticas adotadas para redução da pobreza e desigualdade de renda. Outro ponto fundamental é analisar e implementar políticas que aumentem a produtividade do trabalho, melhorem a infraestrutura de transporte e comunicação e que induzam investimentos privados.

Precisamos avançar em termos econômicos e sociais para reduzir o sofrimento e as dificuldades que grande parte da população brasileira enfrenta todos os dias. O problema para isso reside muito mais em melhorar a eficiência na alocação dos recursos públicos do que

em sua elevação. Os limites para o aumento dos gastos públicos estão cada vez mais evidentes, e precisamos mudar o discurso e a mentalidade sobre o uso e alocação desses recursos. As regras atuais das emendas orçamentárias vão em sentido contrário a esses objetivos, e a decisão do STF foi, portanto, acertada.

**Site:**

**<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6579/29-10-2024.html?all=1>**

# Pesquisa mostra que renúncia fiscal beneficiou mais o Sudeste - MOVIMENTO ECONÔMICO

**PATRICIA RAPOSO**

Um estudo da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco) revela como se deu a renúncia fiscal no Brasil entre os anos de 2015 e 2025. Naquela década, o volume dos incentivos fiscais triplicou, passando de R\$ 87,89 bilhões, em 2015, para uma estimativa de R\$ 266,52 bilhões em 2025.

O levantamento mostrou que houve uma concentração significativa do benefício aos estados mais ricos, contradizendo a narrativa de que a renúncia fiscal beneficia mais as regiões historicamente menos desenvolvidas, como o Nordeste.

A renúncia fiscal ocorre quando o governo abre mão de arrecadar **impostos**, destinando os recursos ao fomento de atividades específicas. Em 2023, essas concessões representaram 21% dos recursos financeiros estaduais, que somaram R\$ 1,1 trilhão. No Brasil, a renúncia média corresponde a 1,32% do Produto Interno Bruto (**PIB**) dos estados.

O estudo da Fenafisco mostrou que Sudeste foi a região mais beneficiada. No período analisado, deteve 47% das renúncias fiscais no país, sendo São Paulo e Rio de Janeiro os estados que concentraram a maior parte desses incentivos. As regiões Sul e Centro-Oeste, em segundo lugar, ficaram com 16% do total cada.

Em contraste, o Nordeste, que historicamente lutava por uma maior participação nas políticas de incentivo, respondeu por apenas 11% das renúncias fiscais. A Bahia liderou com renúncias fiscais médias de R\$ 4,7 bilhões por ano. Esse volume é significativamente menor do que foi destinado a São Paulo, cuja média ficou em R\$ 44,4 bilhões anuais.

Na região Norte, que deteve 10% dos recursos renunciados, o destaque foi o Amazonas, cuja Zona Franca de Manaus concentrou 82,36% das renúncias regionais, sendo o terceiro estado com maior volume de renúncia, estimado em R\$ 12,1 bilhões na década analisada.

O presidente da Fenafisco, Francelino Valença, alerta

para os riscos que esse crescimento das renúncias fiscais traz para as finanças públicas, especialmente nos estados que enfrentam desafios orçamentários. A análise da Fenafisco indica que, em muitos casos, as renúncias não têm se traduzido em crescimento econômico para os beneficiados.

Para o presidente da Fenafisco, não há dados consistentes que apontem os benefícios das renúncias para a população. "Esses valores poderiam ser aplicados diretamente em políticas públicas, como infraestrutura, saúde e educação", defende.

## INDÚSTRIA LIDERANDO

O estudo da Fenafisco aponta que a indústria é o setor mais beneficiado, recebendo 37,79% das renúncias fiscais. O comércio vem em seguida, com 20,13%, e a agricultura, com 16,70%. As modalidades mais utilizadas são o crédito presumido, que responde por 40,77% do total, e a redução de base de cálculo (22,17%), além de isenções fiscais (6,66%) e créditos outorgados (5,30%).

## INVASÃO

A Agropecuária Mata Sul enfrenta nova invasão em suas terras. Na noite do domingo, cerca de 70 pessoas mascaradas invadiram a propriedade. A empresa, que se tornou arrendatária do antigo engenho Barro Branco em 2018, tem convivido com frequentes invasões desde então.

## EXATA

Em novembro a Exata Engenharia inicia a comercialização do Candeias Life Club. É o primeiro condomínio club da construtora dentro da faixa 3 do Minha Casa Minha Vida no bairro.

## FEIRÃO DE IMÓVEIS

Até o dia 03 de novembro, o Shopping Costa Dourada sediará o primeiro Feirão de Imóveis More Mais, com mais de três mil oportunidades em casas, apartamentos, loteamentos e imóveis no litoral sul pernambucano.

## GUADALUPE

Na onda de investimentos na região de Sirinháem, Litoral Sul de Pernambuco, acaba de ser lançado o Mirá - empreendimento de luxo à beira-mar da Praia de Guadalupe. Com VGV de R\$70 milhões, o projeto prevê a construção de 22 casas em um condomínio fechado, moderno, integrado com a natureza.1

**Site:**

<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/wlvf/#p=1>

# Mercado passa a prever inflação acima do teto

» FERNANDA STRICKLAND \ » RAPHAEL PATI

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), indicador que mede a **inflação** oficial, deve ultrapassar o teto da meta determinada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de 4,5%, pelas projeções do mercado financeiro coletadas pelo Banco Central no boletim Focus, divulgado ontem.

Os dados mostram que os economistas revisaram para cima as expectativas de **inflação** pela quarta semana seguida, para 4,55%. Essa projeção, se confirmada, será o primeiro estouro da meta de **inflação** desde 2022, quando o IPCA fechou o ano em 5,79%. Para 2025, a mediana das estimativas para o indicador também foi revisada para cima, passando de 3,99% para 4%, acima do centro da meta, de 3%.

Esse cenário de pressão inflacionária gera apreensão, especialmente em um contexto de retomada de aperto da política monetária, que deverá continuar ao longo de 2025, de acordo com analistas. Em setembro, o Banco Central aumentou a taxa básica da economia (Selic) em 0,25 ponto percentual, para 10,75% ao ano e as projeções para a Selic no fim do ano foram mantidas em 11,75%.

Para 2025, no entanto, o mercado espera uma leve redução da taxa, com projeção para 11,25%.

Analistas ainda melhoraram a projeção para o crescimento da economia brasileira em 2024, de 3,05% para 3,08%, mas mantiveram em 1,93% a estimativa de alta do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2025, confirmando a perspectiva de desaceleração da atividade econômica no próximo ano em um cenário de juros mais elevados devido à **inflação** mais persistente. "A **inflação** está mais persistente e isso sugere que o Banco Central pode manter uma postura conservadora, evitando cortes agressivos na taxa Selic. E, para a economia brasileira, isso implica um custo de crédito elevado, dificultando o consumo e os investimentos", destacou Carlos Braga Monteiro, CEO do Grupo Studi. "No setor de serviços, a persistência de uma **inflação** alta e a Selic elevada pressionam ainda mais os custos operacionais e limitam o potencial de expansão, afetando o crescimento e a recuperação econômica de forma geral", acrescentou.

As projeções de **inflação** acima do teto da meta para

2024 e a manutenção de uma política de juros altos representam desafios adicionais para o país. Uma **inflação** mais alta pode impactar diretamente o poder de compra da população, além de comprometer o crescimento sustentável no longo prazo. Por outro lado, o esforço para controlar a **inflação**, mantendo os juros elevados, pode limitar o acesso ao crédito e conter investimentos em setores-chave da economia.

Cautela Enquanto o Banco Central e o governo brasileiro monitoram o cenário, especialistas alertam que a combinação de **inflação** e juros altos pode manter o país em um ambiente de crescimento econômico moderado, ainda que com algumas oportunidades pontuais de expansão. A estabilidade do câmbio, por sua vez, permanece uma incógnita e dependerá da evolução das políticas econômicas tanto internas quanto externas.

"O aumento das expectativas de **inflação** acima da meta reforça a necessidade de cautela. Passamos as eleições, agora é hora para o cenário de ajuste fiscal ser mais concreto para inspirar confiança e sustentabilidade no longo prazo. Sem essas medidas estruturais, o risco é de uma economia instável e juros persistentemente altos, que dificultam o crédito e travam o crescimento.

Aceitar o aumento como "normal" é perigoso; sem reformas sólidas, há uma chance real de uma espiral inflacionária, o que impactaria diretamente investimentos e valuation das empresas", apontou João Kepler, CEO da Equity Fund Group.

A taxa Selic deverá subir de forma mais agressiva, e o poder de compra do brasileiro deve ser afetado, a popularidade do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva tende a ser impactada. Considerando também que, nas eleições municipais, tivemos uma má performance do PT diante dos resultados de eleitos, o governo deve se sentir pressionado e tomar providências reais sobre a revisão dos gastos", disse Volnei Eyng, CEO da gestora Multiplike.

A leve melhora na previsão do **PIB** deste ano, de acordo com analistas, pode estar associada a setores como agronegócio e indústria, que seguem puxando o crescimento, apesar das incertezas no cenário global e das políticas monetárias restritivas que impactam o crédito e o consumo.

[79/29-10-2024.html?all=1](#)

Contudo, além da desaceleração na economia prevista para 2025, outro ponto que preocupa o mercado é a volatilidade do câmbio.

Conforme os dados do Focus, a previsão para o dólar no fim de 2024 subiu de R\$ 5,42 para R\$ 5,45. Essa variação reflete tanto o ambiente interno quanto as tensões no cenário internacional, em que a política monetária dos Estados Unidos e as tensões geopolíticas influenciam diretamente o comportamento das moedas de países emergentes. Para 2025, permanece estável em R\$ 5,40.

-

Lula e Haddad buscam cortes

Após o retorno do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, da viagem aos Estados Unidos, o governo voltou a discutir um novo pacote de medidas que deve ser encaminhado ao Congresso Nacional nos próximos dias, com previsão de cortes de despesas do Orçamento da União. Ontem, o chefe da pasta se reuniu com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para definir os termos da nova proposta, que é aguardada pelo mercado financeiro.

O objetivo é retomar o caminho para cumprir a meta fiscal, além de sinalizar ao mercado um compromisso em manter uma trajetória positiva das contas públicas.

Enquanto esteve em viagem, Haddad manteve um discurso de defesa do arcabouço fiscal, mas chegou a afirmar ser necessário repensar uma estratégia para garantir que a regra seja bem aplicada. Até a noite de ontem, a Fazenda não revelou mais detalhes sobre a reunião.

Em São Paulo, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, defendeu uma revisão das despesas do governo e considerou que o Brasil deve se atentar não apenas para a parte social, mas também para a fiscal. Também considerou que ainda falta "coragem" por parte do Executivo para cortar o que é considerado ineficiente.

Já o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, voltou a defender a necessidade de um "choque fiscal positivo" para combater o aumento da inflação.

Em Londres, para uma reunião com investidores, argumentou que, historicamente, todas as quedas de juros vieram após o anúncio de medidas importantes na área fiscal.

**Site:**

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/65>

# Mercado financeiro prevê estouro da meta inflacionária - MERCADO S/A

**AMAURI SEGALLA**

A **inflação** brasileira voltou a trazer preocupação para analistas do mercado financeiro consultados pelo Banco Central. Eles aumentaram a projeção do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a **inflação** oficial do país, em 2024 - foi o quarto avanço consecutivo da estimativa, de acordo com o novo boletim Focus divulgado ontem. Com isso, o IPCA deverá encerrar o ano em 4,55%, superando o limite de tolerância determinado pelo Conselho Monetário Nacional (CNM), que é de 4,5%. O provável estouro da meta poderá levar ao aumento da taxa de juros pelo Banco Central ou, no mínimo, resultará na manutenção da Selic, a taxa básica da economia, em patamares elevados. Eis aqui um desafio para o futuro chefe do BC, Gabriel Galípolo.

Ele resistirá à pressão do presidente Lula e de outras lideranças petistas para que a autarquia reduza a Selic? Roberto Campos Neto, o atual presidente do BC, foi atacado de várias maneiras por integrantes do governo, mas resistiu. Galípolo fará o mesmo?

Tebet defende corte de gastos públicos Enfim, uma voz do governo decidiu defender, de forma mais incisiva, o indispensável corte de gastos. Durante o 7º Fórum Brasil de Investimentos, evento realizado em São Paulo, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, afirmou que a única maneira de viabilizar programas sociais é equilibrar as contas públicas. "Não existe social sem fiscal", afirmou. "Os números estão mostrando que tudo que tinha que dar certo, deu. Só falta uma coisa: ter coragem de cortar aquilo que é ineficiente."

Volkswagen considera fechar fábricas na Alemanha Em meio a um programa radical de cortes de custos em suas diversas operações no mundo, a montadora Volkswagen avalia, agora, medidas ainda mais drásticas: fechar três fábricas na Alemanha e eliminar aproximadamente 300 mil postos de trabalho. A empresa vem sofrendo com a concorrência chinesa, especialmente no segmento de veículos elétricos, e resultados fracos de vendas. "Não somos suficientemente produtivos em nossas instalações alemãs", afirmou o presidente da marca VW, Thomas Schäfer.

Vale vai investir US\$ 600 milhões no Oriente Médio A

brasileira Vale, uma das maiores mineradoras do mundo, vai investir US\$ 600 milhões na construção de uma usina de beneficiamento de minério em Omã, no Oriente Médio. O projeto será executado em parceria com a chinesa Jinnan Steel Group, com previsão de inauguração em 2027. "Estamos fortalecendo nossa capacidade de atender à crescente demanda global por minério de ferro de alta qualidade e expandindo ainda mais a nossa exposição na região do Oriente Médio", disse Gustavo Pimenta, CEO da Vale.

"Donald Trump é o Grinch que quer roubar o Natal" Mark Cuban, bilionário americano, dono do time de basquete Dallas Mavericks e de empresas nos setores de mídia, finanças e tecnologia

US\$ 500 MILHÕES foi quanto a companhia aérea Azul captou em uma nova emissão de dívida junto a credores. Em dificuldades financeiras, a Azul não descarta uma fusão com a concorrente Gol

RAPIDINHAS

Os 51,4 milhões de brasileiros que possuem planos de saúde poderão ter mais fôlego financeiro em 2025. Com a queda da **inflação** médica e o retorno do lucro das operadoras, a tendência é de que os reajustes sejam menores do que os observados nos últimos anos. No primeiro semestre, as empresas do setor lucraram R\$ 2,5 bilhões.

As fintechs representam uma ameaça para os bancos tradicionais no ramo de meios de pagamento. Pelo menos é isso o que diz um estudo feito pela consultoria Boston Consulting Group. Segundo a pesquisa, existem 6,5 mil fintechs de pagamentos no mundo, que receberam US\$ 125 bilhões em investimentos nos últimos 25 anos.

O governo brasileiro apresentou a nova versão do Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa, que tem como missão restaurar 12 milhões de hectares até 2030.

Uma das ideias é criar uma plataforma de monitoramento de áreas recuperadas a partir de tecnologias de sensoriamento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Um estudo realizado pela Fundação Instituto de

Pesquisas Econômicas (Fipe) mostrou que o iFood foi responsável pela geração de 900 mil postos de trabalho em 2023. Apenas no Distrito Federal, foram 15,9 mil. O ecossistema econômico do iFood movimentou R\$ 110,7 bilhões em 2023, distribuídos por toda a cadeia produtiva.

**Site:**

**<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6579/29-10-2024.html?all=1>**



# Quase metade dos alunos de mais de 15 anos não entende o que é inflação

**RENATA CAFARDO**

Quase 43% dos alunos de mais de 15 anos no Brasil não entendem o que é **inflação**, mostra estudo realizado por dois professores da Universidade de Stanford, nos Estados Unidos.

Os adolescentes não souberam responder se poderiam "comprar mais, menos ou o mesmo", caso sua renda dobrasse em dez anos e, ao mesmo tempo, os preços dobrassem também.

O estudo foi aplicado para uma amostra de estudantes de escolas públicas e particulares do País, usando metodologia do Banco Mundial que avalia o letramento financeiro das populações.

O conceito de juros também não é conhecido por 53% dos jovens brasileiros. Eles não souberam calcular juros de 3% sobre R\$ 100. E só 24,53% dos alunos entendem perfeitamente a lógica de juros compostos - de que juros subsequentes incidem sobre um valor acumulado.

Apesar de ruins, os resultados são um pouco melhores do que os relatados no Pisa, a prova feita pela Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE).

São perguntas diferentes, mas os resultados da avaliação internacional, divulgados este ano, mostraram que 71,7% dos brasileiros de 15 anos não conseguem fazer os cálculos de um orçamento. A maioria dos jovens também não entende como funcionam os empréstimos nem sabe analisar extratos bancários.

**ANÁLISE.** Segundo o professor da Faculdade de Educação de Stanford e um dos responsáveis pela pesquisa, Guilherme Lichand, a diferença para os resultados da prova internacional pode estar na dificuldade de leitura dos brasileiros.

"No Pisa, eles precisam ler e escrever, o que infelizmente é uma dificuldade e eles acabam errando mais as respostas por causa disso", explica.

As entrevistas da pesquisa de Stanford foram feitas entre agosto e setembro, por meio de um tablet, com mediação de entrevistadores de campo, responsáveis

pela leitura e pelo preenchimento do questionário.

Elas não exigiam nenhum cálculo complexo nem uso de calculadora.

Para Lichand, o resultado é preocupante, principalmente em um cenário de apostas online, que invadiram o universo dos adolescentes, e também por causa do Programa Pé de Meia. O programa federal, de incentivo para estudantes do ensino médio, paga R\$ 200 mensais, que podem ser sacados ou mantidos na poupança.

"O letramento financeiro é importante para essa decisão." O estudo faz parte do Equidade.

info, plataforma financiada por Stanford que tem coletado dados nas escolas brasileiras a cada 45 dias sobre assuntos diversos, como violência, estrutura, inclusão, entre outros. O trabalho sobre educação financeira teve o apoio também da Fundação Itaú.

Pesquisa anterior, divulgada pelo Estadão há um mês, mostrou que mais da metade dos professores de escolas privadas e públicas (54%) reconhece a existência de situações de racismo entre os estudantes.

Este número chega a 67% entre os docentes do ensino fundamental 2, que atuam do 6.º ao 9.º ano.

**NO MUNDO.** A professora do Stanford Institute for Economic Policy Research Annamaria Lusardi, também coordenadora da pesquisa, afirma que o déficit em educação financeira ainda é um problema mundial.

Ela é responsável pelo estudo do Banco Mundial, feito em 2015, cuja metodologia foi replicada na pesquisa agora com os alunos brasileiros.

A pesquisa ouviu na época 150 mil adultos em mais de 140 países e os resultados mostraram que só 33% deles podiam ser considerados alfabetizados financeiramente. São pessoas que conseguem responder corretamente a perguntas básicas sobre taxas de juros, **inflação**, juros compostos e diversificação de risco.

"A alfabetização financeira está ligada a uma

variedade de comportamentos, desde a gestão financeira de curto prazo até a capacidade de tomar decisões inteligentes no longo prazo, tornando as pessoas mais resilientes e seguras financeiramente", afirma Annamaria.

Segundo o estudo do Equidade.

info, 40,36% dos brasileiros do ensino médio são financeiramente letrados. Para ter esse resultado, eles precisavam acertar uma pergunta sobre **inflação**, outra sobre juros e uma das duas que falavam sobre juros compostos.

As diferenças de gênero, que aparecem também em avaliações de Matemática, se repetem na educação financeira.

Entre as meninas, 31,88% são financeiramente letradas, ante 49,37% dos meninos. Pesquisadores têm chamado a atenção para a falta de incentivos culturais, familiares e escolares para que meninas se interessem pela Matemática.

PÚBLICO E PRIVADO. A diferença também aparece entre alunos de escolas públicas e privadas.

A maior disparidade entre as redes ocorre no tema **inflação**: 73,92% dos alunos da rede particular acertam a questão, enquanto são 53,89% nas públicas.

A educação financeira faz parte da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que dá as diretrizes para os currículos das escolas do País. Mesmo assim, apenas 59% dos professores afirmaram incluir o tema em suas aulas.

O nível ideal

Quatro em dez alunos brasileiros do ensino médio são financeiramente letrados

\*\*

VEJA AS PERGUNTAS

### I Inflação

Suponha que nos próximos 10 anos os preços das coisas que você compra dobrem. Se sua renda também dobrar você poderá comprar menos do que pode comprar hoje, o mesmo que pode comprar hoje ou mais do que pode comprar hoje?

Menos

O mesmo Mais

Não sei

Recusou-se a responder

I Numeracia (juros)

Suponha que você precise pedir emprestado 100 reais.

Qual é o menor valor a pagar: 105 reais ou 100 reais mais três por cento?

105 reais

100 reais mais três por cento

Não sei

Recusou-se a responder

I Juros compostos

Suponha que você coloque dinheiro no banco por dois anos e o banco concorde em adicionar 15 por cento ao ano à sua conta. O banco adicionará mais dinheiro na sua conta no segundo ano do que no primeiro ou adicionará a mesma quantia de dinheiro nos dois anos?

Mais

O mesmo

Entrevistado tentou responder, mas não conseguiu

Recusou-se a responder

I Juros compostos

Suponha que você tenha 100 reais em uma conta poupança e o banco adicione 10% ao ano à conta. Quanto dinheiro você teria na conta depois de cinco anos se não retirasse nenhum dinheiro da conta?

Mais de 150 reais

Exatamente 150 reais

Menos de 150 reais

Entrevistado tentou responder, mas não conseguiu

Recusou-se a responder

I Resultado

40,36% dos alunos brasileiros do ensino médio são

financeiramente letrados. Eles precisavam acertar a pergunta sobre inflação, outra sobre juros e uma das duas que falavam sobre juros compostos.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Mercado já vê IPCA fora da meta, mostra Focus

**CÍCERO COTRIM**

As projeções do mercado financeiro para a **inflação** no País subiram pela quarta semana seguida e já superaram o teto da meta, segundo o novo Boletim Focus, divulgado ontem pelo Banco Central. Pelos números, a previsão para o IPCA de 2024 passou de 4,5% para 4,55%. O centro da meta é de 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos.

Se essa estimativa se concretizar, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, vai terminar a sua gestão tendo de escrever a terceira carta aberta para explicar o descumprimento da meta. Seu mandato vai até 31 de dezembro.

Ainda pelo Focus, a mediana para a **inflação** de 2025 oscilou de 3,99% para 4% - mais próxima do teto (de 4,5%) do que do centro. Já as medianas para os horizontes mais longos permaneceram sem mudança: 3,6%, em 2026, e 3,5% em 2027.

SELIC. A mediana do relatório Focus para a taxa básica de juros no fim de 2024 se manteve em 11,75% pela quarta semana consecutiva, consolidando a avaliação do mercado de que o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC aumentará os juros em 0,5 ponto percentual nas duas próximas reuniões do colegiado - marcadas para 6 de novembro e 11 de dezembro.

A estimativa intermediária para a Selic no fim de 2025 permaneceu em 11,25%, após duas semanas de alta, ainda indicando que a visão do mercado é de que o BC terá pouco espaço para reduzir as taxas no ano que vem, em meio a pressões inflacionárias e à distância entre as projeções do mercado e a meta oficial que tem de ser atingida pelo BC.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Revisão de despesas

**AJUSTE FISCAL THAÍS BARCELLOS, GERALDA DOCA E BERNARDO LIMA (Colaborou Isa Morena Vista y com Valor)**

Em uma semana-chave do governo para decidir o tamanho e as medidas que serão incluídas no pacote de corte de gastos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu ontem o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para uma reunião de duas horas no Palácio da Alvorada. O encontro terminou sem falas e com uma foto publicada por Lula nas redes sociais, em um gesto ao ministro, que tem sido alvo de críticas de alas do PT e do próprio governo em razão dos esforços para cortar despesas.

O ministro tem apresentado ao presidente um conjunto de medidas que podem ser propostas pelo governo ao Congresso Nacional. Na lista discutida pela equipe econômica estão mudanças no seguro-desemprego e no fundo de financiamento para a educação básica (Fundeb), por exemplo. O debate sobre o reajuste real do salário mínimo foi interdito pelo presidente, assim como alterações em benefícios permanentes. A equipe econômica trabalha em um pacote de R\$ 30 bilhões a R\$ 50 bilhões.

Haddad voltou ontem a Brasília depois de passar a semana passada em Washington, nos EUA, e votar domingo em São Paulo. No início de novembro, ele deve fazer uma visita a países europeus. A viagem deve ocorrer poucos dias antes do G20 no Brasil, que acontece na segunda quinzena de novembro no Rio. Por isso, esta semana é considerada decisiva. Como será preciso aprovar mudanças na legislação, a estratégia foi aguardar o segundo turno das eleições municipais para aprofundar as discussões.

Enquanto não anuncia o próximo passo para o corte estrutural de gastos, o governo alinha o discurso em favor das medidas. Ontem, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, defendeu o corte de políticas públicas ineficientes. Segundo ela, o Brasil está fazendo o dever de casa, mas falta ter a coragem para cortar porque não existe "social sem fiscal".

-Não existe social sem fiscal. Os números estão aí para mostrar que tudo que tinha que dar certo deu. Só falta uma coisa: temos que ter a coragem de cortar aquilo que é ineficiente. Erros, fraudes já foram cortados em 2023 porque eles eram frutos da pandemia. Agora, é hora de acabar com políticas públicas que são ineficientes - disse a ministra, durante evento da Agência Brasileira de Promoção de

Ex- portações e Investimentos (Apex) em São Paulo.

Tebet destacou que a redução de despesas é importante para aumentar o volume de investimentos no Brasil, sobretudo em infraestrutura: - É preciso investimento privado no Brasil, só investimento público é insuficiente. Entre os países emergentes, nós estamos bem abaixo. Só conseguiremos alavancar isso fazendo o dever de casa, como estamos fazendo, garantido segurança jurídica, estabilidade.

Segundo a titular da pasta responsável pela revisão de gastos, o corte das políticas ineficientes não visa somente ao superávit nas contas públicas. Mas trazer maior eficiência ao gasto.

No mesmo evento, o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, afirmou que o Brasil tem plenas condições de atingir o grau de investimento e que o governo precisa cortar gastos para reverter as expectativas pessimistas.

-Nós temos todas as condições de atingir o grau de investimento, e o governo tem que cortar gastos com seletividade, com critério, sem comprometer o crescimento do investimento, mas tem que cortar e reverter a expectativa -disse Mercadante.

"CHOQUE FISCAL POSITIVO"

No início do mês, a agência de classificação de risco Moody's elevou a nota de crédito do Brasil deixando o país a um passo do chamado grau de investimento - quando o país é considerado seguro, com baixo risco de calote, o que atrai mais recursos estrangeiros. O discurso da necessidade de retomar esse selo tem sido encampado pela equipe de Haddad para blindar o ajuste e defendê-lo junto a Lula e ao Congresso.

Em evento em Londres, ontem, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, voltou a defender um choque fiscal para que o Brasil tenha juros estruturalmente mais baixos.

-Acredito que, se tivermos um choque fiscal muito grande, provavelmente conseguiremos sair com taxas mais baixas. Como esse processo vai acontecer eu não sei, e seria muito difícil dar um passo a passo do que eu acho que vai acontecer, mas acho que precisa ser algo que produza uma mudança de expectativa grande o suficiente para reverter a previsão de **inflação** e que impactasse a nossa reação de forma positiva -disse.

O corte de gastos mira, além de melhorar as contas públicas, garantir que o arcabouço fiscal pare de pé a partir de 2026, quando se calcula que as despesas obrigatórias passarão a consumir uma parte maior do Orçamento.

Encerradas as eleições municipais, o mercado agora aguarda o pacote de corte de gastos, com detalhes que lhe pareçam factíveis. A desconfiança em torno da política fiscal tem sido um dos maiores empecilhos para a Bolsa, os juros e a moeda brasileira. O voto de confiança do mercado, em especial para Haddad, limitou ontem estresses na curva de juros, o que ajudou a manter o câmbio estabilizado. A Bolsa fechou em alta de 1,02%. Já o dólar encerrou quase estável, com variação de 0,06%, a R\$5,70.

Pedro Serra, gerente de Research da Ativa Investimentos, afirmou que, apesar de ainda não se ter um plano sobre contenção de gastos, as recentes falas do ministro ajudaram a arrefecer o sentimento negativo do mercado: -A expectativa em si de um anúncio de corte de gastos muda bastante a dinâmica fiscal que vinha sendo vista até agora -explica.

"Erros, fraudes já foram cortados em 2023 porque eles eram frutos da pandemia. Agora, é hora de acabar com políticas públicas que são ineficientes" Simone Tebet, ministra do Planejamento

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Projeções apontam estouro da meta de inflação

**PAULO RENATO NEPOMUCENO**  
[pauto.renato@oglobo.com.br](mailto:pauto.renato@oglobo.com.br)

Pela primeira vez no ano, o consenso das projeções de analistas do mercado financeiro captadas pelo Boletim Focus aponta para um estouro da meta de **inflação** perseguida pelo Banco Central (BC). As estimativas agora sugerem que o IPCA, o índice oficial de **inflação** do país, alcançará 4,55% este ano, 0,05 ponto percentual acima do limite estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

O Boletim Focus, elaborado pelo BC, compila, semanalmente, as projeções para os principais indicadores econômicos. A cada semana, as estimativas para a **inflação** vinham subindo, até que, na edição do boletim divulgada ontem, o consenso apontou para o estouro da meta.

A meta de **inflação** estabelecida pelo CMN é de 3%, com margem de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos (1,5% e 4,5%, respectivamente). O consenso das projeções para o IPCA de 2025 alcançou 4%, acima da meta de 3%, mas dentro da margem de tolerância.

Relatório do banco Goldman Sachs avalia que as projeções de **inflação** acima da meta refletem um cenário de economia aquecida, com expansão dos gastos públicos e desequilíbrio nas contas do governo.

A piora na perspectiva para a **inflação** também se deve ao aumento dos preços dos alimentos, por causa da estiagem que assolou o país neste ano.

-Os preços de alimentos têm centralidade nesse movimento recente de alta nas projeções de 2024. O preço do boi subiu mais de 40% desde a mínima do ano, e o repasse para as carnes é rápido, ainda mais em contexto de demanda doméstica sólida -disse Alexandre Maluf, economista da XP.

A escalada do dólar, que vem se valorizando desde o fim de março e há uma semana firmou-se no patamar de R\$ 5,70, também contribui para a piora na previsão da **inflação**. Uma taxa de câmbio mais elevada encarece produtos importados, que usem componentes importados, ou que tenham preços diretamente atrelados às cotações internacionais de matérias-primas.

-O dólar afeta commodities e bens industriais. A gente vê uma passagem de preço afetando a projeção de **inflação** do ano. E, com atividade forte, causa esse repasse para a **inflação** - afirma Evandro Buccini, economista da Rio Bravo Investimentos.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Despesas livres vão cair pela metade até 2027, aponta estudo

**Marta Watanabe De São Paulo**

Sem uma mudança estrutural nas despesas, os gastos discricionários efetivamente livres do Orçamento federal - aqueles que, além de serem classificados como não obrigatórios, não têm nenhuma vinculação ou algum tipo de carimbo - devem perder espaço e cair, já em 2027, a menos da metade das despesas dessa natureza executadas em 2023, considerando valores reais e como proporção do **PIB**. Esses gastos não obrigatórios efetivamente livres ainda devem prosseguir em trajetória descendente, chegando em 2030 a menos de 25% do que foi o nível desses dispêndios em 2023.

O cenário revela que, apesar do crescimento de despesas, haverá cada vez menos liberdade para gastar, caso não haja mudança estrutural na execução do Orçamento. O quadro pode significar colapso no fornecimento de serviços públicos essenciais pelo governo federal até o fim da década porque um nível mínimo de despesas discricionárias é necessário para a manutenção da máquina pública. Os cálculos e análise são da consultoria BRCG.

"A agenda é mais do que reduzir gastos. É reformar a forma como o Estado gasta, para permitir a sua viabilidade futura" diz o economista Livio Ribeiro, sócio da BRCG e pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre).

Calculadas a partir de informações oficiais disponíveis sobre despesas, arrecadação e Orçamento de 2023, as simulações da BRCG apontam que as despesas não obrigatórias efetivamente livres devem chegar a 0,6% do **PIB** em 2027, já abaixo do "nível alarmante", projetado como 0,7% do **PIB**.

Em 2027 o patamar de gastos já estaria 0,8 ponto percentual abaixo do que seria o patamar "confortável", considerado para o ano como 1,4% do **PIB**, segundo as simulações.

O nível confortável tem como referência a execução de despesas discricionárias efetivamente livres de 2023, após a recomposição de investimentos públicos e gastos com custeio permitida pela chamada Emenda da Transição (EC 126/22). O nível alarmante foi considerando como 50% do confortável.

As simulações também apontam uma outra curva, de nível crítico, fixado como 25% dos valores da situação confortável. Segundo as simulações da BRCG, em trajetória descendente, os gastos discricionários efetivamente livres podem atingir 0,3% do **PIB** em 2029, já em "nível crítico". Em 2030 essas despesas chegariam a 0,1% do **PIB**.

Considerou-se como despesa discricionária efetivamente livre a despesa não obrigatória total menos as discricionárias para o cumprimento da vinculação mínima de gastos com saúde e educação e também para o cumprimento do mínimo estabelecido para emendas parlamentares, explica Matheus Ribeiro, economista da BRCG e autor do estudo, juntamente com Livio Ribeiro.

As simulações da BRCG para a trajetória das despesas discricionárias efetivamente livres tomam como base os cenários oficiais para a despesa discricionária, as projeções plurianuais para a arrecadação e o detalhamento da despesa de 2023, conforme informações do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop).

O estudo também comparou essa simulação com uma outra trajetória para os gastos discricionários efetivamente livres, desta vez combinando dados do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) 2025 e do Relatórios de Projeções Fiscais (RPF) divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional em março. Nessa simulação, que o estudo chama de "fontes oficiais combinadas", em 2030 o espaço para essas despesas no Orçamento federal se esgotaria.

Duas medidas do atual governo, apontam os economistas, têm impacto importante nessa trajetória.

Uma delas é a política de reajuste do salário mínimo. Antes limitado ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), em regra que vigorava desde 2020, o reajuste voltou a ter valorização acima da **inflação**, o que tem efeito em gastos importantes do governo, como benefícios previdenciários. A outra medida foi nos gastos de saúde e educação. O avanço das despesas, que seguia a **inflação** anual e estava sujeito ao teto de gastos desde 2016, voltou a estar vinculado ao desempenho de receitas, podendo crescer acima da **inflação**.



Essas medidas aumentam a despesa obrigatória. Como a receita é limitada, diminui o espaço para as despesas não obrigatórias, que são as discricionárias, explica Livio. Além disso, dentro das chamadas despesas discricionárias há uma elevação de rigidez dada pela vinculação de gastos de educação e saúde a receitas e também pelo estabelecimento de um mínimo de emendas parlamentares que são impositivas. "É preciso tirar isso para apurar o volume de gastos discricionários efetivamente livres e verificar o que o governo tem liberdade para aplicar no custeio da máquina e no investimento", diz Livio.

O estudo fez exercício contrafactual, considerando que as regras para salário mínimo e gastos de saúde e educação não tivessem sido modificadas. Com base nisso a BRCG calcula que as mudanças nessas despesas devem tirar o equivalente a 1,3 ponto percentual do **PIB** de espaço para execução fiscal das despesas discricionárias efetivamente livres ao fim desta década. Em 2025, esse impacto deve ser de 0,54% do **PIB**.

"Para solucionar a sustentabilidade das contas a longo prazo, é preciso algum nível de alteração nessas linhas da indexação pelo salário mínimo e da correção dos mínimos de saúde e educação.

Uma possibilidade no curto prazo é o governo ganhar tempo com outras medidas, como a de mexer em supersalários ou eventualmente o redesenho de benefícios sociais", diz Matheus Ribeiro.

"São duas discussões em uma", diz Livio Ribeiro. "A primeira discussão é manter o arcabouço de pé. O ponto é que ela é parte de uma discussão muito maior, que é a da capacidade de funcionamento do Estado, como provedor de bens e serviços públicos. A estrutura que temos hoje de execução de gastos não fica em pé, não é viável até o fim da década. Porque a execução orçamentária estará totalmente engessada e o espaço para prover bens públicos básicos vai deixar de existir", diz Livio.

O debate hoje está mais centrado em manter o arcabouço fiscal, que é um horizonte curto, embora exista o debate do substrato de preocupação com a capacidade do Estado funcionar, diz Livio. "O cumprimento da meta é parte da história, mas a ideia é dar um zoom out e partir para outra discussão. De acordo com as nossas simulações, e mais, de acordo com simulações baseadas nas divulgações oficiais do governo, se deixarmos esse debate para o próximo governo não teremos tempo." Pela regra fiscal em vigor, a meta é de resultado zero em 2024 e 2025 e de superávits primários de 0,25% do **PIB**, 05% e 1% do **PIB** em 2026, 2027 e 2028, respectivamente.

Para cada um dos períodos há banda de tolerância de 0,25 ponto percentual, para mais ou para menos.

O cálculo do Tesouro, do relatório de projeções fiscais divulgado em março, mostra uma trajetória que leva à exaustão de dinheiro num horizonte até 2031, 2032, destaca Livio. "Só que antes do dinheiro ir a zero, o dinheiro já falta. A capacidade de prover bens públicos acaba antes, na verdade. Porque é preciso ter Orçamento.

Se o Orçamento é inferior ao que se precisa gastar, o Estado já está em shutdown, grosso modo. E essa conta deve vir mais cedo do que se espera." O agravante hoje é que quando se falava de eventual shutdown no período do teto dos gastos, lembra Matheus, as despesas eram corrigidas apenas pela **inflação**. "Se não houver nenhuma alteração, pode estar daqui a 18 meses, mais ou menos, num cenário de proximidade de uma eleição, endividamento crescente, déficit primário por anos consecutivos, garantia de crescimento real da despesa e ainda assim sufocamento do orçamento discricionário, do orçamento para custeio, para funcionamento mínimo da máquina pública", avalia Matheus.

Daqui a 18 meses, diz Matheus, deve estar em curso o debate sobre o planejamento para o orçamento de 2027. "Então algum nível de intervenção agora é essencial para esse cenário daqui a 18 meses. E quando falamos de um prazo um pouco mais longo, de três, quatro, cinco anos, medidas estruturais são extremamente importantes para manter esse mínimo de custeio da máquina pública." "As simulações mostram que em 2027 a situação já fica complexa", afirma Matheus. Eventuais medidas do governo para cumprir as metas de resultado primário podem adiar esse problema para 2028, observa.

"A discussão que deve ser feita, não é que o problema vai acontecer em 2027, 2028 ou 2029", afirma Livio. "A questão é que estamos indo para um desenho onde temos o Estado preso numa camisa de força que ele se autoimpôs, num horizonte muito mais curto de tempo do que as pessoas imaginam.

Ele pode não ser de três anos, pode ser de quatro anos. Não é de 20 anos, o ponto é esse. Essa é uma discussão que já está num horizonte do próximo governo, com a regra que existe hoje, da forma como ela foi desenhada."

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188025?page=1&section=1>

# Ibovespa sobe com Vale e corte de gastos no radar

**Bruna Furlani, Maria Fernanda Salinet, Gabriel Caldeira e Arthur Cagliari De São Paulo**

Com a alta dos papéis da Vale e investidores à espera de um pacote de corte de gastos, que pode ser anunciado pelo governo em breve, o Ibovespa encontrou suporte para obter destaque entre os ativos locais na sessão de ontem e fechar com uma alta de 1,02%, aos 131.213 pontos, perto da máxima de 131.421 pontos.

As ações da mineradora brasileira subiram 1,86%, a R\$ 62,88.

Em um dia de menor liquidez nos mercados de câmbio e de juros, que encerraram o pregão perto da estabilidade, o dólar à vista fechou em alta de 0,06%, cotado a R\$ 5,7082. Já a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) com vencimento em janeiro de 2026 ficou estável em relação ao ajuste anterior, em 12,69%; e a do DI de janeiro de 2029 subiu de 12,82% para 12,84%.

Nos Estados Unidos, os rendimentos dos Treasuries (títulos do Tesouro americano) engataram nova alta: a taxa da T-note de dois anos avançou de 4,122% para 4,153%. Já a taxa do título de dez GABRIEL REIS/VALOR anos saltou de 4,246% a 4,286%.

A pressão vinda do exterior com o avanço das taxas dos Treasuries compensou o fechamento da curva de juros local, que se desenhou no início da sessão, em meio à expectativa do mercado por medidas para conter os gastos públicos no Brasil.

Em evento do Deutsche Bank em Londres, o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, afirmou que o aumento recente do prêmio de risco de longo prazo esteve relacionado, "em grande parte", ao fiscal.

Ele admitiu ainda que "é difícil" ver a **inflação** brasileira atingindo a meta de 3% diante de um setor de serviços forte e um mercado de trabalho apertado.

Gustavo Okuyama, gestor de renda fixa da Porto Asset, diz que a conclusão das eleições municipais no domingo e encontros entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, aumentaram as expectativas pela

proximidade de um anúncio do pacote de gastos.

"Me parece que estão segurando o pacote para que ele não nasça morto. Para trazer algo que agrade o mercado e que tenha maior possibilidade de aprovação", resume Okuyama. O executivo acredita que a estratégia pode ser "prudente" devido ao tema ser sensível dentro do próprio governo.

Um gestor de renda fixa, em condição de anonimato, disse que aguarda um corte em torno de R\$ 30 bilhões. Para ele, ajustes abaixo de R\$ 20 bilhões seriam mal recebidos pelos analistas.

"O mercado continua esperando medidas concretas, viáveis e efetivas em busca de uma disciplina fiscal maior. Este continuará sendo, junto com o cenário internacional, o principal ponto de direcionamento dos ativos locais nas próximas semanas", escreveu nas redes sociais o gestor da We Capital, Dan Kawa.

A sessão também foi positiva para ações de blue chips, como Bradesco PN, em que os papéis encerraram o dia em alta de 1,81%, a R\$ 15,20. Carlos Daltozo, diretor de research da consultoria Eleven, avalia que a alta nos papéis da instituição é fruto de uma antecipação de agentes financeiros com o resultado, que deve ser apresentado na quinta-feira.

Daltozo avalia que o Bradesco deve mostrar uma evolução sequencial do resultado, com inadimplência mais baixa e menor provisão. Porém, ele acredita que o mercado está muito "otimista com a velocidade da retomada", ao traçar um retorno sobre patrimônio líquido (ROE) de volta para 20% no curto prazo, o que não ele não vê como "factível", diante dos novos riscos de inadimplência com a alta de juros.

Em Wall Street, o dia também foi de bom humor: o índice Dow Jones avançou 0,65%, enquanto o S P 500 e o Nasdaq subiram 0,27% e 0,26%, nessa ordem. O desempenho ocorreu em um dia de subida do dólar globalmente. O DXY, que mede a relação da moeda americana com uma cesta de divisas, teve alta de 0,05%, no fim do pregão.

A divisa americana tem ganhado força diante de apostas em uma vitória republicana nas eleições dos Estados Unidos e com a resiliência econômica do país.

R\$ 5,70 foi o valor de fechamento do dólar na sessão

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188025>

# Campos Neto defende sinalização de choque fiscal positivo no país

**Gabriel Shinohara De Brasília**

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, apontou que, ao olhar o prêmio de risco de longo prazo, se o país quiser conviver com taxas de juros estruturalmente mais baixas, "provavelmente precisamos estar dispostos a sinalizar ao mercado medidas que serão interpretadas como choque [fiscal] positivo".

Em Londres, Campos Neto participou ontem de reunião com investidores promovido pelo Deutsche Bank. O presidente do BC repetiu sua visão sobre a situação fiscal de que, quando se olha a dívida bruta e o resultado primário, o Brasil não está tão diferente de outros mercados.

A diferença, pontuou ele, é que o Brasil saiu de uma posição inicial de dívida mais alta.

Nesse cenário, ele destacou que, quando olha para o longo prazo, o prêmio de risco "não parece compatível com a realidade que temos em termos de fiscal".

Apesar disso, Campos Neto reconhece que houve notícias desfavoráveis "especialmente quando olhamos para a percepção do mercado de que alguns dos números estão se tornando menos transparentes", disse.

O presidente do BC afirmou que o aumento do prêmio de risco estaria relacionado ao fiscal.

Para isso ser revertido, destacou, "você precisa criar a percepção que você fez algo que pode mudar o cenário estruturalmente".

No evento, o presidente do BC ainda ressaltou que o efeito da questão fiscal na política monetária não é mecânica. Campos Neto explicou que se houver um choque positivo, vai influenciar fatores como câmbio, expectativas de **inflação**, os juros de longo prazo.

"Eu acho que precisa ser algo que produz uma mudança nas expectativas que é grande o suficiente para reverter o prêmio de risco, as expectativas de **inflação**, os juros de longo prazo e isso iria alimentar nossa função de reação de uma maneira positiva".

Ao tratar da trajetória da **inflação** no Brasil, o

presidente do BC disse que se entrou em uma fase de convergência, mas "claramente" parou em algum momento.

Entre os fatores que pressionam a política monetária, Campos Neto destacou, como tem feito em outras oportunidades, o mercado de trabalho pressionado e o crescimento surpreendendo positivamente já há algum tempo. Além disso, ressaltou a piora nas projeções de **inflação** e na **inflação** implícita. "Quando olha para o balanço de riscos, mudamos o balanço de riscos para ser assimétrico e agora reconhecemos que o hiato do produto está do lado positivo", disse.

Sobre o cenário global, Campos Neto afirmou que a perspectiva principal da autoridade monetária para os Estados Unidos é de um "soft landing" - um pouso suave. No entanto, ressaltou que houve muita volatilidade ultimamente e é necessário ver mais dados. "Os próximos dois ou três números [de **inflação**] serão importantes para ver qual vai ser o ritmo do corte [promovido pelo Federal Reserve]", apontou.

Questionado sobre crédito subsidiado, Campos Neto afirmou que há um aumento, mas não o suficiente para mudar "dramaticamente" a taxa neutra até o momento.

O presidente do BC explicou que quando há uma elevação nos empréstimos com taxas subsidiadas, isso significa que o subsídio não vai ser influenciado pelo canal de política monetária e ela acaba tendo um menor poder de transmissão.

"Você precisa criar a percepção que você fez algo que pode mudar o cenário estruturalmente" Roberto Campos Neto

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188025>

# Trump pode não ser "tão positivo" para mercados, avalia WHG

**Gabriel Roca De São Paulo**

Um segundo mandato de Donald Trump na presidência dos EUA, especialmente em um contexto de controle republicano das duas casas legislativas, pode não ser tão favorável aos mercados financeiros quanto foi o primeiro.

Diante da retórica mais agressiva do ex-presidente sobre tarifas comerciais e de um espaço menor para políticas de redução de impostos, o dólar pode ganhar ainda mais força frente a outras moedas e a volatilidade pode se manter elevada nos próximos anos. A avaliação é do diretor de investimentos (CIO) da WHG, Andrew Reider.

Para ele, uma vitória da candidata democrata Kamala Harris, por outro lado, provavelmente viria acompanhada de um Congresso dividido. Em entrevista ao Valor, ele avalia que esse cenário poderia aliviar alguma pressão sobre as questões fiscais e representar a manutenção da dinâmica atual dos mercados.

Valor: A WHG trabalha com um cenário de favoritismo de Trump?

Andrew Reider: Sim. As coisas mudaram nas últimas semanas e achamos que, hoje, Trump é favorito.

Diferente de Kamala, se Trump for eleito, provavelmente será um "Republican Sweep", levando também o Senado e a Câmara. Mas o jogo continua muito apertado.

Muita gente tem convicção grande, mas eu não tenho essa percepção de que o jogo já acabou.

Valor: Muitos argumentam que as pesquisas têm um viés de subestimar os votos de Trump. Reider: Olhamos isso no detalhe e conversamos com muita gente especializada. A metodologia das pesquisas evoluiu em relação às últimas eleições. Nas eleições para o Congresso dois anos atrás, foi muito bom o resultado das pesquisas. A melhor aposta é a de que o que estamos vendo nas pesquisas traduz a realidade. Dito isso, o comparecimento é sempre muito difícil de prever nos EUA. Há a questão do "voto envergonhado" em Trump e muitas mulheres jovens - a "demografia Taylor Swift" - que normalmente não

votam, mas que podem sair de casa para votar em Kamala. Esse "turnout" pode ir para os dois lados. Hoje, Trump é o favorito.

Valor: O mercado tem dado peso às bolsas de apostas, que mostram um resultado bem mais confortável para Trump e os republicanos...

Reider: Vimos notícias de que houve algumas "baleias" [conceito normalmente utilizado no mercado de criptomoedas] que fizeram grandes apostas em Trump, o que acabou distorcendo o mercado.

Tudo isso é novo. Gostamos de usar os agregadores dos sites de apostas para identificar pontos de inflexão.

Achamos que eles ajudam a capturar a direção dos movimentos após os eventos, como o atentado, o debate, ou as entrevistas recentes de Kamala. Mas a magnitude talvez não seja tão precisa.

Valor: O "Trump trade" já está em curso nos mercados globais?

Reider: Até agosto, o mercado estava mais focado em um "sweep" ou um "no sweep" [Congresso dominado por um só partido, ou dividido entre os dois]. Apesar da variação de quem estava na frente nas pesquisas, o cenário de um Congresso dividido parecia mais provável, o que seria melhor para o mercado. Nas últimas semanas, começamos a perceber que, se Trump for eleito, o "sweep" republicano é muito mais provável que um governo dividido.

Então estamos diante de um cenário de Congresso dividido com Kamala ou um "sweep" republicano.

Assim, as divergências começaram a aumentar.

Valor: Quais as diferenças?

Reider: Kamala com Senado republicano é um pouco "status quo", o que, por um lado, é ruim, por conta do aumento de regulação que os democratas geralmente carregam, mas, por outro lado, tira os cenários de risco de cauda de grandes mudanças. A bolsa está subindo, a economia está bem, então é um ambiente de baixa volatilidade.

A outra opção, de vitória de Trump com um Congresso republicano, é mais complexa. Ele tem esse discurso mais pró-mercado, de menos regulação. Em 2016, a bolsa subiu muito depois que ele ganhou, especialmente as small caps, que tiveram alta em 15 ou 16 dias seguidos. Mas a gente acha que, desta vez, é um pouco diferente e há um lado mais arriscado.

Valor: Por quê?

Reider: No primeiro mandato de Trump, as tarifas eram um instrumento de negociação. Ele fez uso desse recurso, mas quando a guerra comercial alcançava alguns níveis - tarifas em iPhone ou em roupas para o consumidor, por exemplo -, chegava-se a um acordo e víamos um rali nos mercados. Ficou esse estigma de que era uma ferramenta de pressão. Agora, parece que ele está muito mais convicto que tarifas não geraram **inflação** e que elas precisam ser mais utilizadas. Ele falou recentemente que todo automóvel vai precisar ser feito nos EUA... Gera uma preocupação e se contrapõe ao lado positivo de menor regulação que viria de um governo republicano. Além disso, o lado positivo para os mercados do primeiro mandato de Trump, que foi o corte de **impostos** corporativos, não parece factível e nem parece que seria tão positivo.

A dívida está muito alta e piora com corte de **impostos**. Se Trump tentar implementar esses cortes de **impostos** muito agressivos, poderia ser ruim para a dívida soberana e também para as ações. Vejo muita gente preocupada com o fiscal no Congresso e seria mais difícil implementar algo radical nesse front.

Valor: Quais estratégias o mercado está buscando nesse contexto de favoritismo de Trump?

Reider: São movimentos setoriais.

As pessoas querem comprar bancos e bitcoin. Energia renovável, que é uma estratégia associada aos democratas, tem ido mal. Do lado macro, os preços dos Treasuries caem e os juros sobem.

Uma coisa que seria comum no segundo mandato de Trump seria o excepcionalismo americano. Nos EUA há inteligência artificial, "nearshoring", eletrificação, e é isso o que tem funcionado nos mercados globais e seria o caso de novo. Tarifas também ajudam um dólar forte.

Para emergentes, uma vitória de Trump não parece tão boa.

Valor: Quais outros fatores têm sido determinantes para os preços dos ativos globais?

Reider: A eleição é apenas um dos fatores. Acredito que a maior parte desse movimento de outubro não foi totalmente fruto da eleição. Desde o "payroll" de setembro, o mercado se convenceu que a narrativa de recessão perdeu muita força. Os ativos mais cíclicos começaram a andar. Logo em seguida, começamos a ter a temporada de resultados, que é a segunda coisa mais importante para os mercados atualmente [após as perspectivas para o crescimento dos EUA]. E os bancos, que abriram a temporada, foram muito bem. Mas as coisas se conversam.

Quem queria comprar bancos, porque fazem parte do "Trump trade", estava esperando para ver a temporada de resultados.

Com o mercado de trabalho bom e os resultados bons, todo mundo embarcou na estratégia.

Valor: O "excepcionalismo" das bolsas dos EUA deve continuar?

Reider: A eleição é uma das variáveis relevantes para esse gatilho da diversificação geográfica, mas não é só isso. Uma vitória da Kamala significaria uma direção de menor volatilidade nos mercados globais. Até a geopolítica pode mudar após as eleições, com mais incentivos para os líderes [Netanyahu e Zelensky] sentarem à mesa e negociar. Seria um mundo com menos risco e menos volatilidade, ao mesmo tempo que a bolsa americana já subiu muito.

Conversando com estrangeiros, sinto que existe essa vontade de diversificação. Com Trump, a volatilidade deve seguir elevada, com incertezas sobre tarifas, e sobre qual será o próximo alvo: China, México, imigração, protecionismo contra a Europa... E aí o investidor vai focar mais nas empresas americanas de qualidade e adotar um viés mais doméstico.

Valor: Qual seria uma estratégia de "manual" no caso da vitória de Trump ou Kamala?

Reider: Com Trump, o foco estaria nos EUA, mas com olho nos Treasuries, para ver como eles estão se movimentando. Talvez um bom "hedge" para o portfólio seria "tomar" [apostar na alta das taxas] os Treasuries. E você gostaria de comprar ativos mais cíclicos dos EUA. Com Kamala, seria uma continuidade do mercado deste ano: permanecer nas "big techs". Acho que a atividade econômica não terá surpresa nem para um lado, nem para o outro. Com os juros caindo e o dólar também, talvez seja uma oportunidade de diversificar um pouco e olhar para outras regiões.

Valor: Qual a visão da WHG para o ciclo de cortes de juros do Fed?

Reider: Acredito que o ciclo de cortes não vai ser tão acentuado quanto o mercado estava precificando, e ainda vemos muitos cortes precificados. Vamos descobrir que esse juro neutro [que não estimula nem contrai a economias] é um pouco mais alto do que as pessoas imaginam. Os dados de **inflação** vão ficar em um nível um pouco incômodo nos próximos meses e não vão chegar aos 2%.

Mas, dito isso, o juro ainda está muito alto, muito restritivo, então dá para cortar de pouco em pouco. Talvez tenhamos mais uns quatro cortes de 0,25 ponto e o Fed pare de cortar. Para o mercado de ações, não seria ruim, já que ele iria parar exatamente porque a economia segue forte.

Valor: O fiscal pode impactar os juros e pressionar as ações?

Reider: No longo prazo, é o assunto que mais nos preocupa. O jeito que o rali acaba é o dia que o mercado acordar para esse problema.

Se Trump ganhar em um "sweep", pode ser o momento em que o mundo começa a acordar para o problema. Mas, ainda assim, vai ser um evento de comprar uma correção do mercado, e não vejo como uma grande crise neste momento. Se Kamala vencer com o Senado republicano, o problema é empurrado mais para frente.

Valor: Há risco de uma nova deterioração fiscal nos EUA?

Reider: As pessoas falam muito sobre o assunto, mas não vejo tanto apetite para fazer outra rodada de expansão fiscal. É diferente do Brasil, que, a qualquer hora que a economia desacelera ou a popularidade do governo cai, aparece uma notícia sobre algo que nunca tínhamos ouvido falar. Nos EUA, o apetite parece baixo para isso no momento, principalmente com um Senado republicano.

Mas preocupa também que, se o fiscal não virar um problema, os políticos podem ficar com mais coragem de fazer mais. Quando o governo achar que não tem custo, fica mais perigoso.

"A melhor aposta é a de que aquilo que estamos vendo nas pesquisas traduz a realidade. [...] Hoje, Trump é o favorito"

"Se Trump ganhar em um "sweep", pode ser o momento em que o mundo começa a acordar para o problema fiscal"

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188025>

# Mercado prevê que inflação vai superar meta

O mercado já prevê **inflação** acima do teto da meta para 2024, segundo o Boletim Focus, que reúne as expectativas de analistas e é divulgado todas as segundas-feiras pelo Banco Central (BC). As estimativas apontam que o indicador alcançará 4,55% ao fim deste ano, 0,05 ponto percentual acima do limite estabelecido pelo BC.

É a primeira vez no ano que os analistas projetam o IPCA acima da meta, de em 3%, com margem de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos (1,5% e 4,5%, respectivamente). Na semana passada, o Focus aponta apontava o indicador no teto da meta de **inflação**.

Além do IPCA mais alto, os investidores agora aguardam um câmbio no fim de dezembro também mais alto, de R\$ 5,45. Na última sexta-feira (25), a moeda firmou o patamar de R\$ 5,70, diante do aumento das expectativas da vitória do candidato republicano Donald Trump nas eleições americanas e da persistente desconfiança quando a condução da política fiscal no Brasil.

## Análises

Para o Goldman Sachs, "expectativas de **inflação** de médio prazo desancoradas refletem um cenário de economia com hiato positivo de produto e mercado de trabalho, políticas fiscais e parafiscais ex-pansionistas pró-cíclicas e prêmios de risco fiscal".

As expectativas para o **PIB** também aumentaram, de 3,05% na semana passada para 3,08%. A perspectiva para a Selic se manteve igual, em 11,75% ao ano, isto é, mais duas altas de meio ponto percentual na taxa básica até o fim do ano.

A previsão para a **inflação** de 2025 também subiu e alcançou os 4%, segundo o relatório. A estimativa supera o centro da meta da **inflação**, que assim como em 2024 é de 3% no ano que vem.

O aumento da expectativa acontece mesmo com a previsão de uma Selic ao fim do próximo ano em 11,25%. A taxa de depósito in-terfinanceiro, que são os juros negociados no mercado, preveem que a taxa básica supere os 13% no meio do ano que vem.

As expectativas do **PIB** e do dólar ficaram estáveis, a 1,93% e R\$ 5,40, respectivamente.

**Site:**



<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/wlvf/#p=1>

# Paulo e JHC destacam medidas que valorizam o funcionalismo público

O Dia do Servidor Público - 28 de outubro - foi lembrado nas redes sociais pelo Governador Paulo Dantas (MDB) e pelo prefeito de Maceió, JHC (PL), como uma data merecedora de comemoração. Nas postagens que fizeram, eles citaram medidas adotadas pela gestão que prestigiam o funcionalismo, seja no incremento dos salários ou na formação continuada.

Dantas afirmou que o governo tem feito uma transformação silenciosa na educação, com os melhores resultados no Ideb da história, graças aos trabalhos dos professores e técnicos. Na saúde, celebra-se a realização de transplantes pela primeira vez de coração, rins e fígado na rede hospitalar do Estado.

"Na segurança pública, mantivemos os índices de criminalidade em níveis mais baixos da história. Convocamos mais de 3 mil novos servidores e promovemos capacitações, mantendo os salários em dia e valorizando o trabalho do funcionalismo", destacou o Governador.

Ele também divulga que, em 2024, o aumento salarial chegou à folha dos servidores em maio, trazendo a recomposição da **inflação** e um ganho real, totalizando 5% aplicados imediatamente.

Em 2023, o reajuste concedido pelo governo Paulo Dantas foi de 5,79%, extensivo às aposentadorias e pensões.

Além disso, cita que foram aprovadas 11 leis ordinárias que beneficiaram servidores com planos de carreira, revisões de subsídios e outras iniciativas de valorização. Também foram promulgadas 12 leis delegadas que criaram cargos e definiram um fluxo no serviço público.

JHC escreveu, nas redes sociais, que a prefeitura implantou uma política de valorização, com aumento salarial que chegou a 41%, e pagou R\$ 180 milhões em precatórios e R\$ 120 milhões em biênios atrasados e progressões.

"Abrimos o Centro de Atendimento e Cuidados ao Servidor Público de Maceió (CAC), com serviços de saúde e até reeducação financeira. Investimos na capacitação, temos o quadro de servidores mais

qualificado do país, pelo ranking do Centro de Liderança Pública (CLP)", ressaltou o prefeito.

Atualmente, os quase 24 mil servidores, pensionistas e comissionados do município, bem como seus dependentes, também são beneficiados com plano odontológico totalmente custeado pela Prefeitura de Maceió.

**REIVINDICAÇÕES** Enquanto os gestores festejam a data, os trabalhadores dizem que nem tudo são flores. O presidente do Sindicato dos Servidores em Educação do Estado de Alagoas (Sintead), Izael Ribeiro, afirma que, no Dia do Servidor, há algumas conquistas que ainda não saíram do papel.

"Diversos servidores aguardam aumento de carga horária, tanto professores quanto funcionários. Agora, estamos à beira de mais uma grande batalha contra o governo: a revogação das portarias de enquadramento por titulação. Após a greve, celebramos uma importante conquista: a possibilidade de enquadramento por maior titulação ainda no estágio probatório. O governo sugere que doutores voltem a fazer especialização de curta duração. Se isso se consolidar, será um grande retrocesso. Estamos prontos para lutar", frisou Izael.

Já o presidente do Sindicato dos **Servidores Públicos** da Região Metropolitana do Estado de Alagoas (Sindspref), Sidney Lopes, está na batalha para que o município crie uma comissão para elaborar o Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) dos trabalhadores da Secretaria de Segurança Cidadã.

"Um plano de cargos e carreiras bem estruturado contribui significativamente para a modernização e eficiência da administração pública municipal, beneficiando tanto os servidores quanto a população atendida", destacou.

**Site:** <https://www.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital/Page?editionId=6369>

# Mercado eleva projeção da inflação para 4,55%

## AGÊNCIA BRASIL

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - considerado a **inflação** oficial do país - passou de 4,5% para 4,55% este ano, estourando o teto da meta de **inflação** definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

A estimativa está no Boletim Focus desta segunda-feira (28), pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Para 2025, a projeção da **inflação** também subiu de 3,99% para 4%. Para 2026 e 2027, as previsões são de 3,6% e 3,5%, respectivamente.

A estimativa para 2024 está acima do teto da meta de **inflação** que deve ser perseguida pelo BC.

Definida pelo CMN, a meta é de 3% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%.

A partir de 2025, entrará em vigor o sistema de meta contínua e, assim, o CMN não precisará mais definir uma meta de **inflação** a cada ano. O colegiado fixou o centro da meta contínua em 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Em setembro, puxado principalmente pela conta de energia elétrica das residências, a **inflação** no país foi de 0,44% após o IPCA ter registrado deflação de 0,02% em agosto. De acordo com o IBGE, em 12 meses o IPCA acumula 4,42%.

**JUROS BÁSICOS** Para alcançar a meta de **inflação**, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida em 10,75% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). A alta recente do dólar e as incertezas em torno da **inflação** fizeram o colegiado elevar os juros pela primeira vez em mais de dois anos, na reunião que ocorreu no mês passado.

A última alta dos juros ocorreu em agosto de 2022, quando a taxa subiu de 13,25% para 13,75% ao ano.

Após passar um ano nesse nível, a taxa teve seis cortes de 0,5 ponto e um corte de 0,25 ponto, entre agosto do ano passado e maio deste ano. Nas reuniões de junho e julho, o Copom decidiu manter a taxa em 10,5% ao ano.

A próxima reunião do Copom está marcada para 5 e 6 de novembro, quando os analistas esperam um novo aumento da taxa básica.

Para o mercado financeiro, a Selic deve encerrar 2024 em 11,75% ao ano.

Para o fim de 2025, a estimativa é que a taxa básica caia para 11,25% ao ano. Para 2026 e 2027, a previsão é que ela seja reduzida, novamente, para 9,5% ao ano e 9% ao ano, respectivamente.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Mas, além da Selic, os bancos consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas. Desse modo, taxas mais altas também podem dificultar a expansão da economia.

Quando a taxa Selic é reduzida, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a **inflação** e estimulando a atividade econômica.

Site: <https://www.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital/Page?editionId=6369>